



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 105

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 5 DE SETEMBRO DE 1985

CONGRESSO NACIONAL

PARECER
Nº 24, de 1985-CN

Da Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o texto do Decreto-lei nº 2.155, de 30 de julho de 1984, que "altera os limites do Benefício Fiscal instituído pelo Decreto-lei nº 1.358, de 12 de novembro de 1974, e dá outras providências", submetido à deliberação do Congresso Nacional pelo Senhor Presidente da República através da Mensagem nº 51, de 1985-CN.

Relator: Senador Alcides Saldanha

Nos termos do § 1.º do art. 55 da Constituição, o Sr. Presidente da República submeteu à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.155, de 30 de julho de 1984, publicado no *Diário Oficial da União* do dia subsequente, que: (1) eleva para Cr\$ 39.588 e Cr\$ 47.664, respectivamente, os limites-bases, mínimo e máximo, para efeito de cálculo do valor do Benefício Fiscal instituído pelo Decreto-lei nº 1.358, de 12 de novembro de 1974, com as alterações posteriormente introduzidas pela legislação; (2) mantém em 12% (doze por cento) a percentagem para cálculo do Benefício Fiscal fixado pelo Decreto-lei nº 1.431, de 5 de dezembro de 1975, aplicável de acordo com as normas estabelecidas no art. 1.º do Decreto-lei nº 1.358/74; e (3) desdobra o valor do benefício fiscal em doze cotas de valor fixado em cruzeiros para utilização pelos mutuários na forma de abatimento

do valor de cada uma das prestações devidas ao agente financeiro, no período de julho de 1984 a junho de 1985.

O citado Decreto-lei nº 1.358/74, instituiu, a título de benefício fiscal, como ressarcimento de encargos para aquisição da casa própria, às pessoas físicas mutuárias do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), crédito equivalente a 10% do total dos pagamentos correspondentes ao ano-base e efetivamente realizados até a data da apresentação da declaração de rendimentos, dentro do prazo, e nos limites iniciais máximo de Cr\$ 3.000 e mínimo de Cr\$ 240, os quais foram gradativamente elevados, até alcançarem, respectivamente, Cr\$ 16.224 e Cr\$ 19.356. De acordo com a Exposição de Motivos de 11 de julho de 1984, dos Srs. Ministros da Fazenda e do Interior e Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, a atualização proposta, "ao tempo que mantém a política de estímulo à aquisição de casa própria, acentua a característica fundamental do incentivo, que consiste em beneficiar as pessoas de mais baixa renda adquirentes de imóveis através do Sistema Financeiro de Habitação".

Como se pode aquilatar, o Decreto-lei em causa é digno de plena acolhida, tanto no seu mérito quanto nos seus fundamentos formais, estando a matéria que versa compreendida na competência que o art. 55, II, da Constituição, confere ao Sr. Presidente da República, atendidos os requisitos do caput daquele dispositivo.

Ex positis, somos pela aprovação do Decreto-lei de que se trata na forma do seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 18, DE 1985-CN

Aprova o texto do Decreto-lei nº 2.155, de 30 de julho de 1984, que "altera os limites do Benefício Fiscal instituído pelo Decreto-lei nº 1.358, de 12 de novembro de 1974, e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 2.155, de 30 de julho de 1984, que "altera os limites do Benefício Fiscal instituído pelo Decreto-lei nº 1.358, de 12 de novembro de 1974, e dá outras providências".

Sala das Comissões, 28 de agosto de 1985.
— Deputado João Carlos de Carli, Presidente — Senador Alcides Saldanha, Relator — Deputado Harry Amorim — Senador Hélio Gueiros — Senador César Cals — Senador José Lins — Senador Alexandre Costa — Deputado Denisar Arneiro — Deputado Pedro Sampaio — Deputado Gerardo Renault — Senador Cid Sampaio — Senador Jorge Kalume — Senador Octávio Cardoso — Senador João Lobo.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 258ª SESSÃO CONJUNTA, EM 4 DE SETEMBRO DE 1985

1.1 — ABERTURA

1.1 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO MARCONDES PEREIRA — Campanha política apresentada pelos candidatos à Prefeitura da Cidade de São Paulo.

DEPUTADO OSWALDO TREVISAN — Greve dos Bancários.

DEPUTADO NILSON GIBSON — Defesa da apreciação pelo Congresso Nacional, do projeto de lei que estabelece o valor da gratificação de desempenho de atividade para os servidores da Previdência Social.

DEPUTADO DILSON FANCHIN — Considerações sobre dados apresentados pelo órgão de Defe-

sa Sanitária Vegetal da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, sobre os nefastos efeitos dos agrotóxicos aplicados nas lavouras.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Observações sobre noticiário feito pela Imprensa mundial, referente ao emprego de um aditivo químico na fabricação de vinhos europeus.

DEPUTADO TIDEI DE LIMA — Observações a críticas formuladas por Parlamentares do PDS, no

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

concernente à taxa de inflação ocorrida no mês de agosto.

DEPUTADO JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS — Comentários sobre a campanha que vem sendo feita pela imprensa contra o Poder Legislativo.

DEPUTADO SEBASTIÃO ATAÍDE — Situação da classe dos trabalhadores rodoviários do Município do Rio de Janeiro.

DEPUTADO MENDES BOTELHO — Apelo ao Sr. Ministro dos Transportes e ao Presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, no concernente a readmissão de funcionários que teriam sido demitidos sem justa causa.

DEPUTADO LUIS DULCI — Eleição sindical realizada na semana passada na siderúrgica brasileira USIMINAS, na cidade de Ipatinga-MG.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Desempenho do Sr. Franco Montoro à frente do Governo do Estado de São Paulo.

DEPUTADO DARCY PASSOS — Relatório da Comissão Especial constituída pela Câmara Municipal da Estância Balneária de São Vicente, com a finalidade de assistir a posse do Dr. Tancredo Neves no cargo de Presidente da República.

DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO — Apoio de S. Ex^a às propostas feitas pelo 3º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em São Paulo.

DEPUTADO SÉRGIO LOMBA, como Líder — Defesa da atuação desenvolvida pelas autoridades do Governo do Estado do Rio de Janeiro e, em particular, pelo Deputado Brandão Monteiro, atual Secretário de Transportes daquele Estado.

1.3 — ORDEM DO DIA

1.3.1 — Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 71, de 1985, que dá nova redação ao art. 208 da Constituição Federal.

1.3.2 — Designação da Comissão Mista

1.3.3 — Pronunciamento de Liderança

DEPUTADO JOSÉ FERNANDES, como Líder do PDS — Comentários sobre notícia publicada no jornal *A Tarde*, do Estado de São Paulo, a respeito de declarações que teriam sido dadas pelo Sr. Ministro do Planejamento, sobre a elevação de impostos, no ano vindouro, para cobrir o déficit no orçamento.

1.3.4 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 hora e 50 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 259ª SESSÃO CONJUNTA, EM 4 DE SETEMBRO DE 1985

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO SÉRGIO LOMBA — Importância do fortalecimento do setor pesqueiro no Brasil. Assinatura, pelo Senhor Presidente da República, de lei que beneficia a classe de pescadores autônomos.

DEPUTADO ADAIL VETTORAZZO — Requerimento de S. Ex^a que formulará junto à Mesa da Câmara dos Deputados, solicitando a instalação de uma cadeia de televisão para transmissão dos trabalhos realizados naquela Casa.

DEPUTADO HUGO MARDINI — Críticas ao desempenho do Governo da Nova República.

DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN — Observações ao discurso do orador que o antecedeu na tribuna.

DEPUTADO HUGO MARDINI, como Líder — Críticas ao Governo da Nova República.

DEPUTADO AIRTON SOARES, como Líder — Considerações sobre o discurso do orador que o precedeu na tribuna.

2.2.2 — Comunicações da Presidência

— Convocação de Sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com ordem do Dia que designa.

— Inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão

2.3 — ENCERRAMENTO

Ata da 258ª Sessão Conjunta, em 4 de setembro de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. José Fragelli.

ÀS 19 HORAS E 45 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES.

Jorge Kalume — Altevair Leal — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — César Cals — Jo-

sé Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Heráclito Rollemberg — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro

— Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Carlos Chiarelli — Octavio Cardoso.

E OS SRs. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PFL; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Raulino Bittencourt — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL.

Rondônia

Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Mécio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Rita Furtado — PFL.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedito Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Dionísio Hage — PFL; João Marques — PMDB; Jorge Arbuge — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; Magno Bacelar — PFL; Nagib Haickel — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Carlos Virgílio — PDS; César Cals Neto — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PFL; Raymundo Asfóra — PMDB; Tarcísio Buriti — PTB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Geraldo Melo — PFL; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Osvaldo Coelho — PFL; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Herberto Ramos — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; José Thomaz Nonô — PFL; Manoel Affonso — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genbaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PFL; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Penedo — PFL; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PFL; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Álvaro Valle — PFL; Amaral Netto — PDS; Bocaluva Cunha — PDT; Celso Peçanha — PFL; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PMDB; Dêlio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Julio Caruso — PDT; Jorge Cury — PMDB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Léo Simões — PFL; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PFL; Christóvam Chiaradia — PFL; Dario Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL; João Herculino — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luis Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Osvaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Ronan Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Sandoval — PMDB; Aírton Soares — PMDB; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PFL; Doreto Campanari — PMDB; Estevam Galvão — PFL; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PFL; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; João Bustos — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo — PFL; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Bote-

lho — PTB; Moacir Franco — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Sumir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Márcio Lacerda — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Saulo Queiroz — PFL.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Italo Conti — PFL; José Carlos Martinez — PMDB; José Tavares — PMDB; Leo de Almeida Neves — PDT; Oscar Alves — PFL; Osvaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artemir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Manoel de Souza — PMDB; Nelson Morro — PDS; Paulo Melro — PFL; Pedro Colin — PFL; Renato Vianna — PMDB; Vilson Kleinubing — PDS.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — As listas de presença acusam o comparecimento de 48 Srs. Senadores e 358 Srs. Deputados. Havendo número regimental declarado aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

O SR. MARCONDES PEREIRA (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A campanha política de São Paulo toma um rumo que nós, realmente, esperávamos: é a polarização entre dois candidatos. De um lado, o companheiro Fernando Hen-

rique Cardoso, Senador da República, líder nacional da Nova República, que começa a subir, a crescer numa escala para atingir, no dia 15 de novembro, a Prefeitura de São Paulo. Por outro lado, encontramos as forças retrógradas, as forças que desçam o retrocesso, aquelas que realmente deram, no passado, condições para que tivéssemos esta situação que o País está atravessando.

Sem nenhuma ofensa, sem que isso constitua uma provocação, podemos dizer que essa situação tão difícil que estamos atravessando começou quando o Presidente da República, depois de haver levado a esperança ao povo com quase 6 milhões de votos, abandonou o comando do País e o barco ficou à deriva, o barco ficou sem governo e, então logo em seguida, os militares assumiram a direção deste País. Daí as coisas foram se agravando e, agora, depois de muita luta do PMDB, que sofreu com as cassações, com os exílios, com os espancamentos, com as ofensas, o PMDB que sofreu toda sorte de perseguição conseguiu, através do falecido Presidente Tancredo Neves, acalmar a Nação, restabelecer a esperança do povo e a certeza de que iríamos fazer o mutirão nacional de consciência do povo brasileiro para que pudéssemos colocar os grandes problemas nacionais em discussão.

Não adianta levantarmos nossas vozes contra os problemas que aí estão se não os discutirmos com profundidade, com respeito e com as vistas voltadas para a Nação e para o seu povo. Estamos, na Prefeitura de São Paulo, jogando uma sorte, jogando uma cartada das mais decisivas, mas não é para São Paulo, não é para a Prefeitura de São Paulo, é uma cartada para o próprio País, porque vamos começar o retrocesso, vamos fazer a roda virar ao contrário se isso acontecer. Mas, graças a Deus, o povo começa a ajudar, de todas as partes do Brasil estamos recebendo orientação e apoio para que Fernando Henrique Cardoso, que representa o progresso, que representa a força de valorização do povo brasileiro, para que esse homem chegue à Prefeitura de São Paulo e possa demonstrar à nossa gente e ao nosso povo que a Nova República não ficou em vão, que o esforço de nosso candidato Tancredo Neves não ficou também aí abandonado, é preciso força, é preciso união, é preciso consciência e é preciso, acima de tudo, Sr. Presidente, que olhemos para a Nação, para os problemas graves que está enfrentando o povo brasileiro, que já não tem condições mais de apelar. Não podemos retroceder. Não vamos retroceder. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A classe bancária de todo o País está mobilizada em mais uma campanha salarial e têm procurado, os bancários, o entendimento com os Senhores banqueiros e estes têm-se mantido intransigentes e insensíveis às reivindicações dos bancários.

E, no dia de hoje, nos principais jornais do País, os bancários fizeram publicar um alerta à Nação brasileira, que aqui e peço seja também transcrito nos Anais do Congresso Nacional.

É esse o apelo que trazemos aqui, Sr. Presidente, em nome dos bancários de todo o País. (Muito bem.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. OSWALDO TREVISAN EM SEU DISCURSO:

GREVE DOS BANCÁRIOS

Somos 700 mil bancários e estamos em campanha salarial.

Há quarenta dias estamos negociando e, agora, chegamos a um impasse criado pela total insensibilidade dos banqueiros. Isso pode nos obrigar a deflagrar uma greve no dia 11 de setembro.

Nossos patrões em apenas cinco anos (1979/84), tiveram seus lucros aumentados em 5.585% e, só neste último semestre, arrancaram escandalosos lucros, valendo-se da alta agiotagem (juros de até 30% ao mês).

Dentro dos bancos, não cumprem a legislação, obrigam a jornadas diárias de até 12 horas, recusam-se e acabam com o trabalho gratuito que poderia gerar milhares de novos empregos.

O maior salário de ingresso da maioria dos bancários, é apenas Cr\$ 506.000. Em apenas um ano, achataram

nossos salários em mais de 20% e, agora na mesa de negociações, radicalizam e nos negam uma simples reposição das perdas. Negam qualquer correção trimestral, justamente eles que cobram juros e correção ao dia. Pretendem continuar rebaixando nossos salários através da intensa rotatividade de mão-de-obra: mais de 150 mil bancários são trocados anualmente.

Nossas principais reivindicações são: piso salarial de Cr\$ 1.170.000, incorporação da antecipação dos 25% concedida em julho e agosto como reposição das perdas, reajuste trimestral, fim do trabalho gratuito.

Lembramos também que o INPC de 68,3%, o mais baixo dos últimos 17 meses (fruto do artificial repasseamento dos preços promovidos pelo Governo) será insuficiente para cobrir a inflação que, a partir de agosto, disparou sem garantias de controle.

De nossa parte, queremos chegar a um acordo. Pretendemos cumprir o compromisso desde o início assumido formalmente pelas partes, de negociar com lealdade, transparência e seriedade, e até a exaustão.

Mas já resolvemos: se persistir o comportamento, intransigente, insensível e irresponsável dos banqueiros, como recurso extremo, faremos a greve, paralisando os bancos de todo País.

Esta nossa manifestação serve de alerta e apelo. Em luta contra a crise, a inflação e o desemprego, estamos convencidos que a saída só existe através da recuperação do poder aquisitivo da população. Por isso, contamos, desde já, com seu apoio e compreensão. Os eventuais transtornos e prejuízos da greve são de responsabilidade exclusiva dos banqueiros intransigentes.

Comissão Nacional de Negociações (CONTEC, 10 Federações e 141 Sindicatos de Bancários do Brasil).

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PDS — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Recentemente, registrei nesta tribuna apoio total ao pleito e reivindicação dos servidores da Previdência Social, ocupantes de cargos e empregos de nível médio, sobre o valor da gratificação de desempenho de atividade, ficando acrescido de vinte pontos o percentual. A EM nº 025 chegou à Câmara dos Deputados hoje; portanto, formulo uma solicitação aos partidos políticos com assento no Congresso Nacional a fim de requererem a urgência do projeto de lei. A alteração, conforme entendimento do Ministro Waldyr Pires, visa sanar a lacuna ocorrida em relação aos servidores da Previdência Social, na Lei nº 7.333 de 2-7-85, que reajustou os vencimentos e salários dos servidores dos Três Poderes, de cujo projeto de lei fui relator na Câmara dos Deputados.

Parabenizo o Ministro Waldyr Pires pela sua pertinácia e vitória na solução desse problema.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Dilson Fanchin.

O SR. DILSON FANCHIN (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Defesa Sanitária Vegetal, organismo ligado à Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, vem divulgando dados simplesmente estardalhaçados sobre os nefastos efeitos dos agrotóxicos aplicados nas lavouras: 22 pessoas morreram e 561 ficaram intoxicadas.

O algodão é a cultura responsável pelo maior número de vítimas — 58 por cento, vindo em segundo lugar, a soja, com 10 por cento.

Os agrotóxicos que mais tem causado óbitos e intoxicações são o Nuvracon-400, Azodrin-40, Folidol, Curacon, Thiodan-35CE e o Decarol.

Para o agrônomo Reinaldo Skalisz, executor estadual de ecotoxologia do Paraná, o maior responsável por esse elevado número de intoxicações é o fabricante desses produtos químicos de forte ação nociva à saúde humana, graças à intensa campanha publicitária nos meios de comunicação social.

Por sua vez, as campanhas de alerta e conscientização promovidas por órgãos públicos e entidades conservacionistas quanto aos riscos do uso de agrotóxico, pouco efeito produzem diante dos maciços investimentos das

multinacionais do setor que praticamente intoxicam o público com farta propaganda, na qual é propositadamente omitido uma orientação adequada e o poder letal do agrotóxico.

Segundo os mesmos dados, o maior número de vítimas das intoxicações está compreendido na faixa entre 15 e 25 anos, o que demonstra que a juventude do campo está sendo dizimada sem que nenhuma providência energética e urgente tenha até hoje sido tomada pelas autoridades governamentais. A educação através das escolas não resolve a questão. Apenas levará ao indesejável convívio com um malefício que precisa ser definitivamente extirpado.

No Rio Grande do Sul o problema foi resolvido graças à proibição do uso de agrotóxicos na agricultura, passando-se a adotar o controle das pragas por processos naturais. Infelizmente não se implantou ainda no País uma legislação de caráter nacional, para que os benefícios já obtidos pelos gaúchos sejam estendidos para todos os brasileiros.

Hoje a ciência vem dando largos passos na conquista de modernos e eficazes processos de controle biológico das pragas em substituição aos inseticidas químicos. Um dos exemplos é o da cana-de-açúcar: em São Paulo e Alagoas os produtores dispõem de eficientes laboratórios para a geração, em escala industrial, de agentes naturais de controle de pragas para o combate da cigarrinha e da broca que afeta os canaviais.

Essa área científica é denominada biotecnologia, que vem provocando positivas reações nos setores de saúde, agropecuária, produtos alimentares, mineração, energia e meio ambiente.

As culturas economicamente fortes são as em que a incorporação dos avanços do conhecimento tem se verificado mais intensamente, como a soja e a cana-de-açúcar.

No meio ambiente, a digestão anaeróbia de resíduos (fermentação bacteriana na qual a matéria-prima é convertida em gases), além de preservar o meio ambiente, é uma fonte importante de energia alternativa e um caminho promissor de suprimento de fertilizantes orgânicos e recuperação de várias matérias-primas.

Precisamos, portanto, adotar medidas legais coibindo o emprego dos agrotóxicos e implantar nova metodologia com processos naturais, aproveitando as conquistas da ciência e a contribuição patriótica de nossos técnicos do setor que têm sido incansáveis nas denúncias e nos protestos contra esse verdadeiro crime que se pratica contra a nossa população rural.

Ao encerrar, quero congratular-me com o Ministro da Agricultura, Senador Pedro Simon, pela portaria ministerial ontem assinada, que proíbe o uso, comercialização e distribuição de 12 produtos agrotóxicos organoclorados: o Aldrin, BHC, Canfeno Clorado (toxafeno), DDT, Dodecácloro, Endrin, Heptacloro, Lindane, Endosulfan, Metoxicloro, Nonacloro e Pentaclorofenol.

A providência governamental é das mais oportunas tendo em vista a decisão do Supremo Tribunal Federal acolhendo mandado de segurança impetrado por industriais fabricantes desses produtos químicos, sobre a invocação da incompetência dos Estados em legislar sobre a matéria.

Destarte, a União evoca a iniciativa no afã patriótico de resguardar preciosas vidas dentre a população brasileira, perversamente vitimada por esse monstruoso crime que tem enriquecido as multinacionais do setor.

O Governo da Nova República precisa, portanto, atuar com energia e desassombro e remeter, com inadiável urgência, uma legislação definitiva que venha a dar um paradeiro aos abusos que se praticam contra a saúde das populações do campo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ecoou na imprensa mundial, repercutindo no Brasil, a notícia de que alguns vinhos europeus, como resultado do emprego de um aditivo químico, estavam produzindo danos à saúde dos consumidores. Imediatamente, os governos dos países vinícolas, preocupados com a repercussão negativa entre os consumidores de todo o mundo, passaram a tomar providências, examinando os produ-

tos das várias adegas, para retirar do comércio os que estivessem realmente alterados.

Espalhando-se a notícia, que logo se propagou em todos os países produtores de vinho, as nações consumidoras começaram a tomar providência, enquanto o Brasil suspendia a importação de vinhos alemães.

Tudo porque foi encontrado o aditivo glicol dietileno em grande número de vinhos austríacos, ocorrendo, posteriormente, pequena porcentagem em alguns vinhos alemães, misturados com os daquela procedência.

Entendem as autoridades da República Federal da Alemanha que as infrações da legislação do País, relativas ao vinho, cometidas por algumas empresas engarrafadoras, não afetam, globalmente, a vinicultura teuta e seus produtos, adotando-se, imediatamente, todas as providências necessárias de controle, cujo sistema foi ampliado com a instituição de novas técnicas de análise, para verificação da existência daqueles aditivos. Segundo os resultados até agora obtidos, trinta e oito das cento e sessenta e cinco mil marcas de vinho existentes no mercado alemão apresentam insignificante porcentagem de glicol.

O Brasil consome preferencialmente os vinhos secos alemão, que não podem ser suspeitos de conter glicol, que é utilizado irregularmente para adoçar o vinho.

Continuam, naquele País, as medidas de exame sistemático dos vinhos, com base em rigorosos critérios, sendo o nosso Governo informado sobre tais providências e seus resultados, para que possamos promover um controle adicional da qualidade dos vinhos importados, providenciando-se, ademais, no fornecimento de certificados de garantia quanto aos vinhos produzidos na Alemanha.

Tanto devemos ter o máximo cuidado com os alimentos importados, como evitar, também, o envolvimento em campanhas de descrédito dos seus exportadores, tanto mais quando vendemos grande cópia de produtos alimentares no exterior, como o café, o açúcar, a soja e o cacau, que poderiam ser prejudicados por uma campanha de descrédito da sua qualidade.

Sabemos, todos, que os vinhos alemães são excelentes, homenageados pela preferência dos nossos degustadores, com enorme aceitação no mercado, sem que nunca tenha havido suspeita sobre o seu controle de qualidade.

Assim, esperamos que as autoridades brasileiras, suficientemente informadas, suspendam restrições injustas sobre seu consumo no País.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Márcio Santilli. (Pausa.) S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Tidei de Lima.

O SR. TIDEI DE LIMA (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Temos visto, nestes últimos dias, nesta Casa, Deputados e Senadores do PDS virem falar sobre a taxa de inflação que atingiu o patamar dos 14%.

Evidentemente, Sr. Presidente, viessem essas reclamações e essas críticas de outros setores nós aceitaríamos de bom grado, mas partidas do PDS, Partido que deu sustentação à política econômica do Sr. Delfim Netto, que levou a Nação a essa situação caótica e que produziu taxas inflacionárias das mais altas na história da economia da República, evidentemente que nos estranha virem à tribuna desta Casa Deputados e Senadores criticar a política econômica da Nova República, como se tivessem eles, quando de posse do Governo, feito uma política econômica que não produzisse essas taxas.

Sr. Presidente, evidentemente, que é preciso aí levar em conta, também, que, ao termos a taxa de 14%, temos que considerar que nos 3 ou 4 primeiros meses da chamada Nova República tivemos taxas bem inferiores do que aquelas que se apresentaram, ainda, quando o Sr. Delfim Netto estava à frente da economia deste País. Na semana passada vimos o Sr. Delfim Netto, com a "cara de pau" que sempre lhe caracterizou nos comunicados perante a Nação, diante das câmeras de televisão, dando conselho ou tecendo considerações que, na verdade, comprometem, isto sim, a inteligência do telespectador ou a inteligência da Nação brasileira.

Sr. Presidente, na verdade, não podemos aceitar esse tipo de postura do Partido Democrático Social, porque isso não corresponde à realidade.

Já já, nesta Casa, Sr. Presidente, estaremos vendo assumir à tribuna, Deputados e Senadores do PDS e dizem que o escândalo do Sr. Ibrahim Abi-Ackel é um escândalo da Nova República; dizem que as pedras contrabandeadas o foram na Nova República; dizem que o culpado dos escândalos financeiros da COROA-BRASEL, dos escândalos financeiros da Delfin é culpa da Nova República. Evidentemente, é muito pouco tempo, o defunto ainda está fresco, para que os Deputados e Senadores do PDS assomem à tribuna e imputem à Nova República, ou aos homens que comandam a economia da Nova República, responsabilidades que não lhes cabem, e cabem, isto sim, àqueles que geriram a economia do País nos últimos 21 anos, e levaram este País a esta situação caótica, que hoje vivemos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Mendonça de Moraes.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Está institucionalizada uma campanha contra o Poder Legislativo, neste País, pela grande imprensa, que vive às custas da publicidade oficial, tendo nos seus orçamentos uma receita, que vai até a 70% da sua receita geral, oriunda do Poder Público.

Ontem, o jornal O Estado de S. Paulo começou a mexer com os técnicos legislativos do Congresso Nacional, publicando a folha de pagamento e insinuando que há uma lesão ao fisco, praticada por aqueles tantos quantos recebem dinheiro através das verbas do Poder Legislativo, a título de acréscimos por bonificações, por desempenho de função etc.

Eu gostaria, apenas, de alertar V. Ex^a como Presidente deste Poder, ao Deputado Ulysses Guimarães: ou nós teremos coragem de mostrar o que somos, o que fazemos, ou então vamos ter que ficar achatados diante da opinião pública, pela campanha sordida, repito, que se faz contra este Poder. Todos os níveis são atacados, desde o mais humilde funcionário desta Casa até o mais graduado representante do Poder Legislativo, sem a menor parcimônia.

Com relação à Imprensa, por esses dias entrarei com um projeto que vai incomodá-la; sei que vai incomodar, principalmente os donos da imprensa, porque hoje alguns Srs. jornalistas, muito discretamente, me sondaram e me avisaram que recebem na parte da manhã uma pauta dos seus trabalhos, e essa pauta é dirigida e imposta, e que eles não são livres para dizer a verdade, para comunicar os fatos que acontecem nesta Casa.

E eu queria perguntar, então, se as empresas de jornais, de televisão, de revistas, pagam Imposto de Renda pelos contratos de publicidade que fazem com órgãos estatais? E onde aplicam esse dinheiro? Se é para pagar o funcionalismo dela, ou se é para locupletar-se cada vez mais, principalmente os seus diretores?

Uma outra notícia que hoje me chegou, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, é sobre a possibilidade de que dirigentes de órgãos públicos paraestatais, secretarias, principalmente pessoas não eleitas, não componentes do Poder Legislativo, estariam negociando com as empresas a desmoralização dos atuais legisladores, através do repasse das verbas de publicidade desses órgãos, com a maquiagem prévia de que este Congresso, através dos atuais, fosse desmoralizado. Porque nós não poderemos voltar aqui para abrir espaço para que os atuais dirigentes do Poder Público venham a ocupar nossos lugares.

Essa denúncia eu levo ao conhecimento da Nação, para a História, porque não importa que a imprensa, amanhã, não dê essa notícia, mas os Anais desta Casa, daqui a anos, serão analisados e na História ficará registrada a trama que se faz contra a democracia, contra o Poder Legislativo, através daqueles beneficiários gratuitos de concessão da comunicação de massa.

São estas comunicações que eu queria fazer agora, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sebastião Ataíde.

O SR. SEBASTIÃO ATAÍDE (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O desemprego neste País atinge a uma cifra já alarmante. Consequência disso, a classe trabalhadora, principalmente os mais humildes é que estão pagando o preço dessa recessão.

Os trabalhadores rodoviários do Município do Rio de Janeiro estão também inseridos no contexto do desemprego. Já soma a mais de 3 mil o número de trabalhadores rodoviários do Município do Rio de Janeiro desempregados. Enquanto isso as empresas de transporte, que têm a sua concessão, que têm a sua permissão, porque todas são permissionárias, continuam de forma abusiva exigindo dos trabalhadores uma jornada de trabalho excessiva, que varia de 12 a 14 horas diárias, e sem que o trabalhador tenha condições de reclamar, porque se reclamar perde o emprego. Enquanto isso eles cobram uma quantia diária de passageiros, se não for transportado aquele número de passageiros estipulado, no dia seguinte estará o trabalhador fora de escala e, consequentemente, isto lhe acarreta, no mínimo, dois dias de prejuízo, como se não bastasse, cobram também as peças danificadas no veículo.

Com isso Sr. Presidente, Srs. Congressistas, como no Rio de Janeiro, apesar de ter um governo que se diz popular, que de popular não tem nada, governo esse que teve, durante sua campanha eleitoral, essa classe de trabalhadores rodoviários empenhados na sua campanha, na sua eleição, não tendo sequer merecido, por parte do Governo, nenhuma proteção, porque as empresas para operar elas têm uma permissão, a qual o Governo pode se quiser cassar a qualquer hora.

O Secretário dos Transportes do Estado do Rio de Janeiro disse a todos os pulmões para os rodoviários que o Governo investiria e que, a partir daquela data, nenhuma empresa faria mais o chamado turno único, que é essa jornada excessiva de trabalho. Mas, não passaram de palavras vãs, palavras ao vento, porque me parece, e está caracterizado para os rodoviários, que os empresários de ônibus são mais fortes do que o Governo e não dão a mínima importância para este, ou o Governo se tem, não quer usar a sua autoridade contra esses empresários.

Em consequência disso, Srs. Congressistas, é que do mês de janeiro ao mês de agosto, no Rio de Janeiro, já houve 809 acidentes de ônibus ou envolvendo os mesmos. No mês de janeiro foram 100; em fevereiro 93; em março 90; em abril 101; em maio 124; em junho 142; em julho 138 e em agosto 121, perfazendo um total de 809 acidentes. É uma cifra alarmante, que chama a atenção das autoridades às quais cabe coibir os abusos que vêm sendo praticados pelos empresários, apesar de todas as denúncias feitas pelo nosso Sindicato, denúncias essas levadas ao Secretário dos Transportes que responde pelo Governo, levadas à Delegacia Regional do Trabalho, que sabemos apenas tem o poder de multar — o poder maior de punir está no Governo do Estado, porque ele tem a fiscalização e pode exigir o cumprimento da Legislação Trabalhista, como uma das principais causas para a empresa poder operar. No entanto, os rodoviários do Rio de Janeiro estão decepcionados com o Governo por duas razões: primeiro porque foram os baluartes na campanha que o elegeu e, segundo, porque observam o desprezo da autoridade que nem sequer toma alguma providência.

Com isso, Sr. Presidente, dadas as exigências do empresário, cujo regime escravista leva a essa cifra de acidentes que é alarmante, queremos aqui registrar, nesta sessão do Congresso, que no Rio falta Governo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Mendes Botelho.

O SR. MENDES BOTELHO (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Venho à tribuna, na noite de hoje, para fazer um apelo ao Ministro dos Transportes e ao Presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, para que determine seja feita a readmissão de três funcionários, José Jorge Silva, Amauri de Almeida e Paulo Alves, demitidos sem justa causa, a partir do dia de ontem.

Acontece, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que a Rede Ferroviária Federal e a Companhia Brasileira de Trens Urbanos, vinha concedendo a todos os seus funcionários 6 horas no último dia útil de cada mês, para que os mesmos fossem ao banco receber os seus vencimentos. Acontece que, na última quinta-feira, os funcionários da Companhia de Trens Urbanos de São Paulo, tomaram conhecimento de que lhes haviam sido cortados essas horas e, em sinal de protesto, todos os funcionários das oficinas de Engenheiro Manoel Feio, em São Paulo, não compareceram ao serviço na sexta-feira, para que pudessem receber seus vencimentos. E ontem, Sr. Presidente, para nossa surpresa, para surpresa dos trabalhadores ferroviários de São Paulo, o engenheiro Delmo Giulit Porto, determinou fosse feita a demissão desses funcionários, sem justa causa. Passei todo o dia de hoje tentando negociar uma solução que viesse a favorecer esses funcionários, pois, no nosso entender, a medida tomada por aquele engenheiro, foi uma medida de arbitrio e prepotência que não pode ocorrer na Nova República. Infelizmente a sua posição foi irredutível, razão pela qual ocupamos esta tribuna, a fim de fazer um apelo ao Ministro dos Transportes e ao Presidente da EBTU, para que reveja o fato para que consequências piores não aconteçam em prejuízo da Companhia Brasileira de Trens Urbanos e da classe ferroviária de São Paulo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luís Dulci.

O SR. LUIS DULCI (PT — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Na semana passada, realizou-se em Ipatinga, Minas Gerais, cidade que sedia, entre outras grandes empresas, uma das maiores siderúrgicas brasileiras, a USIMINAS, uma eleição sindical que tinha originalmente seis chapas no primeiro escrutínio e acabou tendo duas chapas no segundo. Ipatinga se transformou numa praça de guerra, graças sobretudo, à ação do Secretário de Governo de Minas Gerais, Deputado Carlos Cotta, que não entendendo o caráter de uma eleição sindical democrática enviou para Ipatinga, para aterrorizar os trabalhadores metalúrgicos da cidade, mais de 30 viaturas da polícia e fez com que invadissem o salão do sindicato mais de 50 policiais civis para intimidar, certamente, a chapa contrária que concorria regularmente dentro da legislação sindical vigente.

Pois bem, a chapa do Secretário Carlos Cotta, graças ao dinheiro, sobretudo público, graças à manipulação política indecorosa de uma empresa estatal, a USIMINAS, a chapa do Secretário Carlos Cotta e do Prefeito Jamil Sellin de Sales ganhou as eleições. Se isso não bastasse, a vitória ancorada no dinheiro público, na manipulação, na corrupção, na compra de outras chapas, da ameaça aberta, o Secretário Carlos Cotta e a direção da USIMINAS, insisto nisto, uma empresa estatal, portanto uma empresa da sociedade brasileira e não dos seus dirigentes, começa a demitir sistematicamente os membros da chapa derrotada. Uma empresa estatal inflando uma eleição sindical e demitindo sistematicamente, os membros da chapa derrotada, e o que é mais grave, por justa causa. A justa causa, para a USIMINAS e para o Secretário Carlos Cotta, é terem participado de uma eleição sindical, manifestando livremente o seu pensamento.

Já foram demitidos, e queria registrar aqui, Raul Dias Barbosa de Castro, funcionário do Departamento UBC, da USIMINAS, casado, com dois filhos, pelo fato de ter sido mesário da Chapa I; Ismael Rodrigues Alves, funcionário da Empreiteira Construtora Alcindo Vieira, casado, com dois filhos, pelo fato de ter votado na Chapa I, que era a chapa de oposição; Hélio Costa Júnior, do Departamento de Pesquisas da USIMINAS, pelo fato de ter manifestado intenção de votar na Chapa I; foram punidos com suspensão, sem nenhuma justificativa, José Elias Bersote, Edson de Oliveira Cunha, Francisco Carlos Delfino, este último pelo crime de ter sido candidato a Presidente na chapa de oposição; José Horta de Carvalho, pai de cinco filhos, há vinte e nove anos na USIMINAS, pelo crime de ter dito que não votaria no Secretário Carlos Cotta, nas eleições; Gerônimo Marques de

Assunção, José Benedito da Silva e pelo menos mais de dez pessoas estão ameaçadas de demissão por justa causa.

Queremos fazer esta denúncia e exigir do Ministro do Trabalho e do Delegado Regional do Trabalho, em Minas Gerais, para que não permitam que uma empresa estatal, patrimônio do povo, possa ser usada indecorosamente pelo Secretário de Governo de Minas Gerais para manipular a política e corromper a sociedade democrática de Ipatinga, em Minas Gerais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Como a maior megalópolis do interior da América do Sul, ostentando, hoje, um crescimento demográfico sem paralelo, São Paulo se constitui, a cada dia, num prodigioso desafio não apenas à administração municipal, senão também para o Estado e a União, tanto mais quanto os seus problemas transcendem as próprias fronteiras estaduais.

Na grande São Paulo nasce, a cada dia, uma cidade, com suas exigências de água, esgotos, luz, gás, telefone e eletricidade, escolas e ambulatórios, exigindo solução imediata para uma dívida social que cresce a cada dia.

Administra-la é como administrar a cidade do México, Buenos Aires ou Nova Iorque, mobilizados os respectivos Estados que as contêm. Mas, como verdadeiro cartão de visita, ela revela e espelha o que acontece no macrocosmos, ou seja, no Estado de São Paulo, onde, em dois anos de trabalho, o Governo Franco Montoro saneou as finanças, devolveu o Estado à posição de liderança política da Federação, incrementou o processo de descentralização e participação comunitária; atingiu os objetivos prioritários da administração, mediante programas que estão gerando quinhentos mil empregos por ano.

O programa de apoio à produção de alimentos financiou dez mil pequenos produtores, com 400 bilhões de cruzeiros, permitindo acesso à terra a seis mil famílias de rurícolas, com assistência técnica, creditícia, cooperativa e de equipamentos básicos, originando mais de dez milhões de metros quadrados de hortas comunitárias, 2.500 hortas escolares, para atendimento a sete milhões de pessoas, reduzidos os preços em trinta por cento.

Mereceu a educação do menor uma especial atenção, com merenda escolar para quatro e meio milhões de crianças, diariamente, construídas quatro mil salas de aula, com a criação de 500 mil vagas escolares, enquanto a operação POLO colocou 140 postos policiais volantes em operação, feita a ronda escolar com 170 viaturas e mais 1.500 novos veículos no equipamento da Polícia.

A construção do metrô Itaquera-Barra Funda, beneficiando cinco milhões de trabalhadores, gerou 50 mil empregos, construindo-se mil quilômetros de estradas vicinais pavimentadas e mil pontes metálicas.

Novos Centros de Saúde, nada menos de 67 na periferia, com mais de três milhões de atendimentos por ano, contratação de médicos residenciais em 250 Municípios que não os tinham, além de 300 ambulâncias, adquiridas com o apoio do Estado, completam essa imensa obra social com 77 mil novas moradias em 250 Municípios, urbanização de favelas beneficiando 600 mil pessoas, a Caixa Municipal, o Banespa e o Fundo de Solidariedade atendendo a mais de 500 Municípios.

Tanto a Capital, principalmente, como todo o Estado, tiveram, nesse biênio, um homem ao leme, conduzindo São Paulo a melhores destinos.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Passos.

O SR. DARCY PASSOS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Solicito a transcrição, nos Anais do Congresso Nacional, do Relatório da Comissão Especial, constituída pela Resolução nº 02/85, da Câmara Municipal da Estância Balneária de São Vicente, que ora encaminho à Mesa.

Era o que tinha a dizer.

RELATÓRIO DA COMISSÃO ESPECIAL CONSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO Nº 02/85

Através da Resolução nº 02/85 foi constituída uma Comissão Especial de Vereadores para assistir à posse do Dr. Tancredo Neves no cargo de Presidente da República Federativa do Brasil.

Como nós, o Brasil, perplexo, assistiu à posse do Vice-Presidente José Sarney, sem a pompa preparada para Tancredo. Acreditava-se que a enfermidade do Presidente não era grave e dentro de poucos dias poderia receber a faixa presidencial. A Nova República começava traumatizada.

Passado o susto das primeiras horas e desmentidos os boatos, o povo foi às ruas e comemorou o início de um novo tempo. Dia 15 de março, em manifestação espontânea e genuína, o boneco "Tancredo" foi simbolicamente empossado na cúpula do Congresso Nacional e no coração de todos os brasileiros, o que legitimou o Presidente e a Nova República.

O povo retomou a sua Casa, o Congresso Nacional, e cada um comemorava à sua moda. Até que veio a chuva, a tempestade e todos se abrigaram debaixo do enorme Pavilhão nacional, especialmente confeccionado para a ocasião.

O Presidente Tancredo passa bem, diziam os boletins. José Sarney se reunia com o Ministério e transmitia a palavra de ordem do Presidente; "É proibido gastar". José Sarney lia emocionado a carta ditada por Tancredo e assinada de punho próprio, elogiando sua conduta e sua lealdade. Tudo era provisório, logo o Presidente estaria subindo a rampa do poder e comandando o seu projeto político, social e econômico.

Os dias se sucediam. Faltava a foto do Presidente. O momento não era oportuno, dizia o Porta-voz. O quadro se agravava. Infecções, hemorragias, começava o calvário. Chegava o especialista de São Paulo. Novas esperanças. Nova cirurgia. Rápida recuperação. Marcada a data da posse. A foto esperada. O País se tranqüiliza.

Viagem para São Paulo. Infecção hospitalar, grave hemorragia. Outra cirurgia, mais uma. Sarney governa em Brasília, com a atenção voltada para o Instituto do Coração. Indecisão. A máquina do Governo precisava funcionar, não era mais possível esperar uma recuperação a curto prazo. Tancredo piora, e se confirma que a convalescença será longa. Medidas importantes começam a ser adotadas. É a Nova República em ação. Há dias de otimismo no Instituto do Coração, outros de pessimismo. A oscilação do estado de saúde do Presidente preocupa. Novos focos infecciosos, bacteriemia, nova cirurgia.

Semana Santa, o Brasil reza pelo Presidente. O Presidente quer ouvir o Sermão da Sexta-Feira Santa. Ele está vivo, reage, quer governar, quer viver. Domingo de Páscoa. Dona Risoleta comove a Nação. O calvário do Presidente prossegue e os médicos já desanimam. Nova crise de bacteriemia; hemodíalise, ultrafiltração, eletrochoque. O Presidente está sedado e não sofre mais. O País já se prepara para o pior. Não há mais o que fazer. Os médicos lutam. O Presidente, o homem de ferro, resiste heroicamente. Sarney é cada vez mais Presidente.

Noite de 21 de abril, estado gravíssimo do Presidente. Aparelhos no limite máximo, sinais de necrose. O fim se aproxima. Vinte e duas horas e quinze minutos, cessam os batimentos cardíacos; vinte e duas horas e vinte e três minutos, morte cerebral.

O Porta-voz anuncia o que todos esperavam, mas que ninguém queria ouvir, "Senhores, atenção. Lamento informar que o Exmº Sr. Presidente da República, Tancredo de Almeida Neves, faleceu às vinte e duas horas e vinte e três minutos, no Instituto do Coração em São Paulo". Morria o Presidente, nascia o novo herói, um novo mito, o herói da Nova República.

Os funerais mostraram que Tancredo não precisou ocupar a cadeira do Poder para ser venerado pelo povo, pois, como já dissemos, Tancredo foi empossado no coração dos brasileiros. Tancredo subiu a rampa do Palácio do Planalto de uma forma inimaginável, por exemplo, em 15 de janeiro quando foi eleito.

Tancredo se foi. O boneco "Tancredo" foi a São João del Rey prestar sua última homenagem ao grande estadista, ao brilhante e hábil político, o carinhoso pai e esposo.

A Comissão esteve em Brasília e acompanhou de perto as manifestações públicas de 15 de março; se emocionou.

e se preocupou com a fatalidade que por horas impediu a posse do Presidente; se comoveu com o longo calvário de Tancredo; sentiu que a semente da Nova República já havia sido plantada pela mão de Tancredo Neves, e, encontrando solo fértil, começa a germinar.

José Sarney governa uma República Nova, solidificada com o sofrimento, o sacrifício e a agonia de Tancredo Neves, seu idealizador e arquiteto. Sarney prometeu honrar os compromissos e a vontade de Tancredo Neves. Hoje a Nova República caminha, democraticamente. As dificuldades são muitas, mas a vontade de vencer é maior. A inflação foi reduzida a 7% ao mês. As greves paralisaram diversas categorias de trabalhadores, entretanto nenhuma intervenção em Sindicato foi decretada e o Ministro do Trabalho, atuando como mediador, conseguiu fomentar o diálogo entre os patrões e empregados. O Presidente Sarney não editará mais Decretos-lei. As eleições para Prefeito de capitais e áreas de segurança nacional serão realizadas este ano. A Assembleia Nacional Constituinte deverá ser eleita em 1986. Um novo Conselho de Censura se reuniu redefiniu o conceito de censura. Liberdade, negociação, independência, democracia, austeridade, trabalho: estas são as palavras-chave da Nova República.

A Comissão se sentiu gratificada por estar presente em Brasília no dia 15 de março, representando esta Casa, Primeira Câmara das três Américas e Berço da Democracia no Continente, no histórico acontecimento que marcou o início da Nova República. Vemos que as esperanças de 1985, repetem as esperanças com que em 1532 Martim Afonso instalou a Vila de São Vicente. Muitos anos separam as datas, mas os ideais se assemelham: a construção de uma Nação livre, soberana e próspera.

Para melhor ilustrar a angústia daquele fatídico 15 de março e dos dias seguintes, anexamos recortes de jornais de Brasília e de São Paulo. Anexamos, também, a título de ilustração, o programa de posse do Dr. Tancredo Neves, na Presidência da República.

Que Deus abençoe a Nova República.

Era o que tínhamos a relatar.

São Vicente, 7 de maio de 1985. — **Horácio Ramos — Geraldo Volpe — Roberto Veiga Rocha.**

PROGRAMA DE POSSE DO DR. TANCREDO NEVES, NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

Dia 14 de março — Tancredo Neves e José Sarney participarão de missa, às 18 horas na Igreja Dom Bosco.

Dia 15 de março — Às 9 horas e 15 minutos os dois deixarão a residência particular do Presidente, na SQS 206, e, em carro aberto, rumarão em direção à Estação Rodoviária de Brasília, no centro.

— às 10 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, haverá leitura do compromisso e declaração de posse seguida de discurso do Presidente Tancredo Neves. No salão de honra do Palácio do Planalto, o Presidente João Baptista Figueiredo discursará e passará a faixa presidencial a seu sucessor, Tancredo Neves, que também discursará. Após, os dois se despedirão na rampa do Palácio.

— às 11 horas e trinta minutos o Presidente Tancredo discursará para o povo; retornando ao salão de honra, o Presidente assinará atos de nomeação do Ministro da Justiça e a seguir dos demais Ministros. Após as fotos oficiais o Presidente e o Vice-Presidente acompanhados do Ministério, seguem para a Granja do Riacho Fundo, onde almoçam com a família.

— das 13 às 18 horas serão empossados os Srs. Ministros.

— às 16 horas e trinta minutos o Presidente receberá no salão das credenciais os cumprimentos das missões especiais, retornando às 17 horas e trinta minutos ao Riacho Fundo.

— A recepção de posse será às 21 horas no Palácio Itamaraty.

Dia 16 de março — Audiência isolada aos Chefes de Estados visitantes.

Dia 17 de março — Recepção a todos os Ministros, os Líderes do Governo, na Câmara e Senado, o Consultor da República e o Procurador Geral da República, para a primeira reunião às 10 horas. Na ocasião o Presidente fará um discurso que será transmitido em cadeia de rádio e televisão.

Dia 18 de março — O Presidente dará início às 9 horas aos despachos e audiências regulares.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Gostaríamos de expressar o nosso apoio às propostas feitas pelo 3º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em São Paulo.

Solicito, ainda, a transcrição nos Anais do Congresso Nacional do documento formulado no referido encontro.

Era o que tinha a dizer:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOSÉ GENOÍNO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

3º ENCONTRO FEMINISTA LATINO AMERICANO E DO CARIBE

Discriminação contra a mulher no projeto do Código Civil

Criança espancada e legislação, inclusive Constituinte. Nós, em atendimento no Centro Comunitário de Saúde Mental, com frequência tomamos conhecimento de agressão física e estupro de crianças, através de entrevistas com as crianças, pais, vizinhos, madrastas, padrastos e terceiros.

Pode-se até suspeitar de certos "acidentes" (entre aspas) que, na precariedade das diligências policiais, podemos conceber como homicídios de crianças.

Na *Revista Médica*, vol. 11, uma pesquisa assinala que um dos fatores predisponentes da síndrome de espancamento é a suspeição da falta de paternidade.

Motivados pela dramaticidade desta situação, que atinge centenas de milhares de crianças em todo o Brasil, repetindo um fenômeno universal (em 1973, Victor Fontes comunica à Academia de Ciências de Lisboa a "tragédia da infância), temos pesquisado a legislação nacional sobre a matéria — em função da referência de Vesterdal (Diretor do Serviço de Psiquiatria Pediátrica do Hospital Glokstrup) — "O médico deverá denunciar o caso às autoridades conforme as leis do país, mas deve lembrar-se de que o primeiro dos seus deveres é o de proteger a criança, enquanto a punição dos criminosos é questão que está fora de seu alcance".

Sobre estas agressões existe, entre outros, um estudo documentado feito por Senio Silveira, com efeitos radiológicos, na clínica ortopédica do Hospital Menino Jesus, Rio de Janeiro.

O projeto do Código Civil Brasileiro, ora no Senado Federal, consagra a discriminação contra a mulher que leva a situações cruéis para a criança, devendo a opinião pública lutar para a mudança, por exemplo, do art. 1.610, que deverá ficar assim formulado — "Cabe ao marido, e a mulher o direito de contestar a legitimidade dos filhos".

Para tanto pode-se lançar mão do valor das provas imuno-hematológicas, notadamente pelo sistema HLA.

Aliás, o Código Civil português, no art. 1.885, prevê "Sempre que possível, o tribunal ouvirá a mãe acerca da paternidade que atribui ao filho".

É surpreendente o desconhecimento da gravidade desta situação por parte das autoridades, Executivo e Legislativo, inclusive ligadas a assistência à infância e mesmo profissionais da área da saúde mental.

Pesquisas feitas em hospitais, centros de saúde, ambulatórios mostram lesões, queimaduras, agressões, quedas, feridas infectadas, óbitos. Os próprios atropelamentos e até homicídios se revelam, consciente ou inconscientemente, figurados em negligência.

O problema existe em todos os níveis econômicos, sociais e culturais. Acreditamos que, principalmente, nesta ocasião histórica, quando se discute uma Constituinte e uma Constituição, moderna e avançada, este autêntico escândalo de dor que é a situação da infância agredida,

Com números enormes de menores violentados, estuprados, espancados, do recém-nascido aos 14 anos, principalmente, merece atenção especial.

Na nova Carta Magna alguns dispositivos devem constar, peculiarmente, chamando a atenção para o que foi decidido no 29º Congresso Estadual dos Municípios, por proposta da Presidente da FEBEM, Maria Ignez Biermbach, do juiz de Direito Samuel Alves e da jurista Floriza Verucci:

"Que seja reconhecida a ampliação do conceito família, considerando, inclusive a família natural estável".

"Que seja reconhecido o direito da criança ter o nome de seu pai no registro de nascimento, inclusive mediante a declaração única da mãe".

Mesmo porque uma inferência das pesquisas é de que proporcionalmente é alto o número de agressões e violência sexual perpetrados por padrastos e madrastas, principalmente contra crianças de 1 a 9 anos de idade.

Urge, além de uma legislação de amparo a criação de centros de proteção à criança espancada, privados e públicos, compostos por advogados, médicos, psicólogos, psiquiatras, sociólogos, capazes de testemunhar e responsabilizar os agentes de agressão, levando-os aos tribunais.

É essencial, outrossim, a criação de um clima de opinião pública a respeito dos direitos inalienáveis da criança, e as limitações do universo infantil. (Quando eu voltar a ser criança — Janusz Korszak).

A síndrome da criança espancada, na Classificação Internacional de Doenças, OMS, é assim classificada: E-967.0, pelos pais, E-967.1, por outra pessoa especificada, E-967.2, por pessoa não especificada.

Kempe, em 1962, caracteriza a síndrome da criança espancada:

"Quando de fraturas múltiplas, com equimoses e hematomas generalizadas, lesões cerebromeningeas, paralisias, hemorragias oculares, fontanelas tensas, convulsões, deformações ósseas (dos dedos, das vértebras lombares), com frequentes repercussões sobre o estado geral da criança e que constitui uma causa frequente de invalidez permanente e de morte", acrescentando-se as observações de Lujianovicz, queimaduras e cicatrizes, e Skinner e Castle.

O modelo psicopatológico esclarece, conforme Kempe (1962) que o abuso da criança não é exclusivo das personalidades psicopáticas.

Steele afirmou que a "tortura a crianças pequenas é infligida por pessoas que não são realmente psicopatas", consignando que "a maioria dos adultos abusivos não são diferentes das demais pessoas de sua classe ou subcultura e têm mais ou menos os mesmos problemas psiquiátricos que o resto da população".

Os direitos inerentes à criança precisam ser vivenciados pelo adulto, pela incapacidade civil da criança em reivindicá-los e lutar por eles. Nós trabalhadores em saúde mental, temos um papel saliente neste esforço, razão pela qual propomos a criação de um Grupo Permanente de Pesquisa e Trabalho, para esta área. É uma tarefa de luta para a inscrição da matéria, na Constituição.

(Para o 1º Congresso de Trabalhadores de Saúde Mental da Rede Pública do Estado de S. Paulo). (Aprovado por unanimidade.)

O Sr. José Fernandes — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Lomba, como Líder.

O SR. SÉRGIO LOMBA (PDT — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente:

Entendo a vontade de V. Exª de passar às outras sessões, mas gostaria de fazer a defesa, como Líder do PDT, de ataques infundados que aqui foram dirigidos ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, especialmente a um ilustre colega nosso, Deputado Brandão Monteiro, atual Secretário de Transportes do Estado do Rio de Janeiro e que foi, ao tempo em que esteve aqui nesta Casa, um dos maiores Deputados dessa Legislatura, um dos melhores Deputados desta safra nova de líderes que assumam as responsabilidades maiores do Poder Legislativo.

O Deputado que acusou o Governo do Estado do Rio de Janeiro, especialmente o Deputado Brandão Monteiro, Secretário dos Transportes, foi injusto tanto com o Governo do Estado do Rio de Janeiro como foi injusto

com o Deputado Brandão Monteiro; foi injusto porque o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Transportes vivem em constante conflito com os empresários da área dos transportes no Estado do Rio de Janeiro. Todos nós sabemos que estes senhores empresários que nada têm a ver com o nosso Governo, com o nosso partido temam em desrespeitar as leis trabalhistas, temam em oferecer à população serviços abaixo das necessidades, temam, enfim, há muitos anos, em ludibriar a boa-fé da população, do Governo, sobre vários aspectos e nunca, no Estado do Rio de Janeiro, se combateu tanto os empresários de ônibus, Sr. Presidente, como no Governo atual. Pela primeira vez, Sr. Presidente, deixou-se de conceder aumento nas tarifas de ônibus, no Governo atual de Leonel Brizola e na gestão de Brandão Monteiro, como Secretário de Transportes.

Foram revistos os índices que determinam o aumento das passagens e o nosso Governo chegou à conclusão que não poderíamos conceder esse aumento, porque os anteriores foram feitos em bases irreais, fora do processo normal do aumento das tarifas e não concedemos os aumentos, Sr. Presidente. Punimos várias empresas. No mês anterior, mesmo, desativamos uma das empresas, no Município de Niterói, porque prestava serviços da pior qualidade à população.

O Deputado que aqui acusou o Governo do Estado, especialmente o Deputado Brandão Monteiro, esqueceu-se que, também no setor de transportes, o Governo de Leonel Brizola faz escola. Faz escola, Sr. Presidente, porque pegamos uma frota, da Companhia de Transportes Coletivos, caindo aos pedaços, oferecendo péssimos serviços à população, colocando em risco tanto a população como os seus próprios servidores.

Moralizamos a empresa. Já colocamos trezentos novos ônibus do modelo padrão, de alta qualidade em circulação. Estamos fazendo, também, escola no setor de transportes.

Não foi justo o Deputado que aqui acusou o Governador Leonel Brizola e o seu próprio colega.

Os empresários do Rio de Janeiro nada têm a ver com o PDT, mas, certamente, têm muito a ver com o Partido a que este Deputado atualmente está filiado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão foi convocada para leitura da proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 1985.

A Presidência esclarece que, nos termos do art. 72, § 1º, alínea b, do Regimento Comum, a proposta teve preferência para recebimento em virtude de estar subscrita por 46 Senhores Senadores e 321 Senhores Deputados.

O Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura da proposta.

É lida a seguinte

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 71, DE 1985

"Da nova redação ao art. 208 da Constituição Federal."

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal promulgam a seguinte Emenda Constitucional:

Artigo único. O art. 208 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 208. Fica assegurada aos substitutos, sob qualquer denominação, das serventias extrajudiciais e do foro judicial, na vacância da serventia onde estejam exercendo esta função, a efetivação, no cargo de titular, desde que, investidos na forma da lei, contem dois anos de exercício, nessa condição e em serventia de mesma natureza, esten-

dendo-se o benefício aos escreventes que contem cinco anos de exercício em serventia de qualquer natureza e que na vacância sejam os substitutos destas."

Justificação

Esta emenda vem reparar uma injustiça cometida quando da promulgação do art. 208 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda n.º 22, de 22 de junho de 1982. Tendo tal artigo restringido o benefício da efetivação no cargo de titular, somente aos substitutos que estivessem nessa condição, até 31 de dezembro de 1983, muitos cartorários, com vinte, trinta anos de serviços dedicados a justiça, não se enquadraram injustamente naquele beneplácito.

Como se vê, a presente emenda é abrangente, não comete injustiças, e vem ao encontro dos anseios do governo democrático em que vivemos, já que alcança todos os cartorários, até aqueles que são mais humildes e nunca foram atingidos por benefícios, desde que simplesmente contem com dois anos na função, em serventia de mesma natureza, ou cinco anos em serventia de qualquer natureza, e estejam enquadrados naquelas outras condições já estabelecidas no texto constitucional.

Portanto, o que se vê nesta emenda, é que é ela completa sob todos os aspectos, já que, pode-se dizer, enquadra a todos os funcionários que prestam serviços à justiça.

Assim, enquanto não se põe em prática uma nova lei de concursos, calcada na filosofia que norteia o governo agora implantado em nosso País, de proteção total ao povo trabalhador, um número infindável de cartorários poderá ter a oportunidade de alcançar seus objetivos, reparando-se, além disso, em muitos casos, uma injustiça cometida pelo texto em vigor para que enfim a justiça prevaleça também neste segmento da sociedade brasileira.

DEPUTADOS: Octacílio de Almeida — José Luiz Maia — Geraldo Fleming — Arthur Virgílio Neto — Renato Vianna — Denisar Arneiro — Henrique Eduardo Alves — Magno Bacelar — Emídio Perondi — Reinhold Stephanes — Nilson Gibson — Nelson Morro — Márcio Lacerda — Ivo Vanderlinde — Hermes Zaneti — Cid Carvalho — Francisco Amaral — Roberto Rollemberg — Valmor Glavarina — Juarez Batista — Norton Macedo — Wilson Vaz — Cristina Tavares — Leorne Belém — Francisco Sales — Celso Barros — Siqueira Campos — Brabo de Carvalho — Evandro Ayres de Moura — Darcy Pozza — Jorge Arbage — Maurílio Ferreira Lima — Israel Dias-Novais — Siegfried Heuser — Orestes Muniz — Raul Ferraz — Aurélio Peres — Amadeu Geara — Celso Sabóia — Epitácio Cafeteira — Milton Figueiredo — Roberto Freire — Ary Kiffuri — João Rebelo — Jônathas Nunes — Maçao Tadano — Jutahy Júnior — Jorge Vianna — Josué de Souza — Alécio Dias — Wilson Haese — José Melo — Paulo Guerra — Wolney Siqueira — José Mendonça de Moraes — Carlos Eloy — Márcio Braga — Renato Bernardi — Hélio Manhães — Ralph Biasi — Harry Amorim — João Alves — Flávio Bierrenbach — João Faustino — Cássio Gonçalves — Genébaldo Correia — Ruy Lino — Ítalo Conti — Celso Amaral — Celso Peçanha — João Paganella — Freitas Nobre — Anselmo Peraro — Mauro Sampaio — Assis Camuto — Olavo Pires — Fernando Collor — Darcílio Ayres — Marcos Lima — Dirceu Carneiro — Casildo Maldaner — Paulo Marques — Dasso Coimbra — Geovani Borges — Irineu

Brzesinski — Nilton Alves — Homero Santos — Aécio de Borga — Tobias Alves — Sebastião Nery — Mozartildo Cavalcanti — Antônio Florêncio — Francisco Erse — José Tavares — Ubaldino Meirelles — Aluizio Campos — Jorge Leite — Ciro Nogueira — Roberto Jefferson — Wildy Vianna — Arnaldo Maciel — Osmar Leitão — Gustavo Faria — Christóvam Chiarádia — Walber Guimarães — Jackson Barreto — Ailton Sandoval — Renan Calheiros — Hélio Duque — Alair Ferreira — Castejon Branco — Sérgio Cruz — Wall Ferraz — Dionísio Hage — Heráclito Fortes — Márcio Macedo — Bete Mendes — Alcení Guerra — Clark Platon — Lázaro Carvalho — Ronaldo Canêdo — Mansueto de Lavor — José Carlos Fagundes — Wagner Lago — Albérico Cordeiro — Amaury Müller — Vicente Guabiroba — José Carlos Martinez — Otávio Cesário — Vivaldo Frota — Samir Achôa — Enoc Vieira — Jarbas Vasconcelos — Francisco Dias — João Herrmann Neto — Júnio Martins — Nelson do Carmo — Marcelo Linhares — Walmor de Luca — Raymundo Urbano — José Ulisses — Walter Casanova — Ludgero Raulino — Márcio Santilli — Fernando Santana — Joacil Pereira — Manoel Afonso — Haroldo Lima — Bayma Júnior — João Bastos — Moysés Pimentel — Alencar Furtado — Cunha Bueno — Hélio Dantas — Orlando Bezerra — Nosser Almeida — Amílcar de Queiroz — Rubens Ardenghi — Raul Bernardo — Brasília Caiado — Mario Frota — Jorge Medauar — Rômulo Galvão — Jairo Magalhães — Júnia Marise — Sérgio Ferrara — Nylton Velloso — Francisco Benjamim — Fabiano Braga Cortes — Saramago Pinheiro — Nyder Barbosa — Maluly Neto — Jacques D'Ornellas — Antônio Câmara — João Divino — Sebastião Ataíde — Léllo Souza — José Eudes — Marcelo Cordeiro — Estevam Galvão — Bento Porto — Pedro Sampaio — Luiz Baccarini — Antônio Moraes — Gilton Garcia — Leonidas Sampaio — Irapuan Costa Júnior — João Carlos de Carli — Gerson Peres — França Teixeira — Alberto Goldman — Antônio Amaral — Manoel Gonçalves — Guido Moesch — Genésio de Barros — Manoel Ribeiro — Eurico Ribeiro — Vingt Rosado — Del Bosco Amaral — Santos Filho — Irineu Colato — Carneiro Arnaud — José Mendonça Bezerra — Randolfo Bittencourt — Jessé Freire — José Fogaça — Alcides Lima — Virgildásio de Senna — Doréto Campanari — Ubaldino Barém — Elquisson Soares — Antônio Mazurek — Oscar Alves — José Ribamar Machado — Leonidas Rachid — Melo Freire — Simão Sessim — Oswaldo Lima Filho — Rita Furtado — Nagib Haickel — Victor Faccioni — Adroaldo Campos — Milton Reis — Figueiredo Filho — Ruben Figueiró — Clemir Ramos — Oscar Corrêa Júnior — Luiz Antônio Fayet — Domingos Leonelli — Jairo Azi — Rosemburgo Romano — Sérgio Philomeno — Emílio Hadad — Tidei de Lima — Nelson Costa — Edison Lobão — Prátrini de Moraes — Oswaldo Murta — Alvaro Gaudêncio — Theodoro Mendes — Raimundo Leite — João Alberto de Souza — Mário Hato — Gilson de Barros — Dilson Fanchin — Pedro Corrêa — Aloysio Teixeira — Antônio Farias — Jayme Santana — Ricardo Ribeiro — Adhemar Santillo — Rosa Flores — José Carlos de Vasconcelos — Israel Pinheiro — Oly Fanchin — Cardoso Alves — Ailton Soares — Djalma Bom — Santinho Furtado — José Genóino — Pedro Colin — Leur Lomanto — Irma Passoni — Paulo Melo — Pacheco Chaves — Gastone Righi — Armando Pinheiro — Francisco Pinto — Bonifácio de Andrada — José

Camargo — Nelson Marchezan — Max Mauro (Apoio) — Amaral Neto — Gorgônio Neto — Chagas Vasconcelos — Manuel Viana — Diogo Nomura — Joaquim Roriz — Miguel Arraes — Agnaldo Timóteo — Osvaldo Nascimento — Herbert Levy — Marcondes Pereira — Mário Juruna — Renato Johnsson — Nadyr Rosseti — João Batista Fagundes — Manoel de Souza — Djalma Bessa — Vicente Queiroz — João Cunha — Aécio Cunha — João Marques — Francisco Rollemberg — Ernesto de Marco — Epitácio Bittencourt — Inocêncio Oliveira — Furtado Leite — Carlos Vinagre — Múcio Athaide — Antônio Osório — Salvador Julianelli — Borges da Silveira — Rui Bacelar — Saulo Queiroz — Emílio Gallo — Hugo Mardini — Sérgio Lomba — Félix Mendonça — Juarez Bernardes — Iturival Nascimento — Luiz Leal — Moacyr Franco — Abdias Nascimento — Balhazar de Bem e Canto — Wilmar Palls — Stélio Dias — Glória Júnior — João Hercúlio — José Maranhão — Ernani Satyro — Angelo Magalhães.

SENADORES: Marcondes Gadelha — Guilherme Palmeira — Alvaro Dias — Henrique Santillo — Alfredo Campos — Lomanto Júnior — Alcides Saldanha — César Cals — Alcides Paio — Nivaldo Machado — Mauro Borges — Saldanha Derzi — Lenoir Vargas — Marcelo Miranda — Virgílio Távora — Itamar Franco — Nelson Carneiro (Apoio) — Alberto Silva — Jutahy Magalhães — Roberto Wypych — Raimundo Parente — Jorge Kalume — Galvão Modesto — Fábio Lucena — Milton Cabral — Enéas Faria — Martins Filho — Severo Gomes — Octávio Cardoso — Helvidea Nunes — Jaison Barreto — Alexandre Costa — Amaral Peixoto — Altevir Leal — Américo de Souza — Roberto Saturnino — Lourival Baptista — Gabriel Hermes — Carlos Lyra — Benedito Ferreira — Heráclito Rollemberg — Cid Sampaio — Eunice Michiles — Moacyr Dalla — Hélio Gueiros — Mario Maia — Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — De acordo com as indicações das Lideranças, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Hélio Gueiros, José Ignácio Ferreira, Marcelo Miranda, Alcides Saldanha e os Srs. Deputados Otacílio de Almeida, Raymundo Asfora, Francisco Amaral, Plínio Martins e Wagner Lago.

Pelo Partido Democrático Social — Senadores Gabriel Hermes, Lenoir Vargas, Moacyr Duarte, Jorge Kalume e os Srs. Deputados Inneu Colato, Jaime Câmara e Cristino Cortes.

Pelo Partido da Frente Liberal — Senadores Luiz Cavalcante, Alcides Paio, Aderbal Jurema e os Srs. Deputados Ronaldo Canedo e Natal Gale.

Pelo Partido Democrático Trabalhista — Sr. Deputado Osvaldo Nascimento.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Comissão Mista ora designada deverá reunir-se dentro de 48 horas para eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

Perante a Comissão, poderão ser apresentadas emendas, no prazo de oito dias a contar de sua instalação, com o mesmo número de assinaturas previsto para a apresentação de propostas.

O parecer da Comissão Mista deverá ser apresentado até o dia 4 de outubro próximo.

O Sr. José Fernandes — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fernandes, que falará como Líder.

O SR. JOSÉ FERNANDES — (PDS — AM. Como líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares:

O PDS reconhece o caráter de composição partidária que motivou a conquista do Poder ou ascensão à direção maior da República, por parte do Presidente José Sarney. Sabemos nós, também, e nisso somos até pacientes, estamos tendo, inclusive, virtudes que outrora não se concedeu em prol dos governos que existiam ou assumiam para dirigir a Nação, sabemos nós que esta composição que assumiu o Poder, com uma parte da antiga Oposição, e uma parte que se desgarrou, segundo os seus próprios intuítos, segundo sua própria análise, do antigo Partido de Governo, representado, especialmente, pelos ex-companheiros, que hoje compõem a Frente Liberal. Sabemos que desta composição não se devia nem exigir e nem dar tempo, porque quem ascendeu ao Poder levou consigo pessoas que já tinham experiência da condução dos negócios do País, que, agora, composto com aqueles que tinham as fórmulas de alteração do modelo econômico e até político, então vigente, poderiam demarrar, de pronto, uma solução para atender aos interesses da Pátria, que queria ver as mudanças, através do seu povo, mas que também tinha discutido o assunto, contrariando e contraditando as antigas teses, há mais de 10 ou 12 anos, pelo menos. Mas, fazer calar, Sr. Presidente, o PDS, diante dos erros que vão surgindo, à medida em que esse Governo se implantou, é, no mínimo, um contra-senso, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Vejamos, por exemplo, que o PDS não pode calar, diante de notícias, como a que traz, por exemplo, o *Jornal da Tarde*, do Estado de São Paulo. Diz, aqui, que o Ministro João Sayad — e eu quero fazer logo um reparo, pois dos primeiros pronunciamentos que observei do Ministro João Sayad e do Ministro Dornelles, verifiquei, porque quero aqui trazer a verdade, que o Ministro João Sayad, quando se pronunciava, tinha muito mais coerência na sua proposta do que, realmente, a proposta do Banco Central que, de certa forma, era dotada ou perfilhada pelo Ministro Dornelles. Mas, aqui se diz que haverá 90 trilhões adicionais de impostos, no ano vindouro, para cobrir o déficit.

Ora, se nós vamos ter 90 trilhões de impostos, como parte da cobertura do déficit de 235 milhões, que aqui é previsto no próprio orçamento, não há, ainda, o que censurar. Vai haver o que censurar, Srs. Parlamentares, se esse imposto, por exemplo, vier incidir em forma de IPI, se vier a incidir, por exemplo, em forma de impostos indiretos, transferidos em alta velocidade, para o bolso do consumidor. Ai, nós temos que dizer que a decrépita República está dissimulando, está engodando, está laborando a cada dia mais na hipocrisia e na demagogia. Agora, se esses impostos, se esses 90 trilhões de impostos recaírem sobre rendimentos de capitais, por exemplo, se recaírem sobre a transformação de capital especulativo em bens e imóveis, por exemplo, que nunca houve uma tributação, reconheceremos que o caminho então tomado para prover o Tesouro Nacional de mais recursos é um caminho correto.

Mas, vamos em frente, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares. O Ministro João Sayad, que condenou o Sr. Delfim Netto com inclusive confirmação do fato e apoio para o ato de parte do restante do PDS que não foi compor a Aliança Liberal, condenou a equipe do Ministro Delfim por ter feito um orçamento para o ano corrente em que a inflação era prevista em 120% e essa alteração da inflação que se espera fique acima dos 200% foi motivo para discussão. O déficit no orçamento deixado pelo Sr. Delfim começou com 30 trilhões. Foi anunciado para 55, subiu para 85, chegou a 104, 110. O Presidente José Sarney no Programa de Cinco Pontos prometeu reduzir para 50, e hoje já está, durante este mês agora, ainda não temos os dados, mas provavelmente em quase 50 trilhões. Seguramente não vamos atingir a meta que foi prevista. Mas, reincide então o Governo da Nova República nos métodos da decrépita República, ao trazer agora um orçamento para o Congresso, anunciado pelo Ministro João Sayad de que estava previsto, dentro dos números colocados a valores correntes no orçamento, que a inflação no ano vindouro seria de 160%.

O *Jornal da Tarde* de hoje, de São Paulo, traz como sendo palavras textuais do Ministro João Sayad o seguinte:

“A reforma tributária virá para onerar os que podem pagar mais. — Concordamos — Ele confirmou que os controles de preços vão continuar e que prossegue a política de recuperação dos preços de bens e serviços oferecidos pelo setor público.”

Já há uma incongruência, porque quem fez barragem dos preços, dos bens de serviço do setor público, não foi o Sr. Ministro Delfim Netto que era acusado de aumentar a gasolina e os demais bens como eletricidade, água e diversos serviços públicos. A barragem foi feita a partir da assunção do comando econômico por parte dos homens da Nova República. Mas vem a reincidência, a cópia dos métodos utilizados pelo Sr. Delfim Netto:

“A economia — dito pelo Ministro João Sayad — deverá crescer 6% no próximo ano quando, segundo admite, a inflação ainda ficará na casa dos 200%.”

Sr. Presidente, nós queremos saber em que hora a equipe econômica da Nova República vai começar a dar os dados reais, as expectativas para que inclusive nós possamos apoiar ou condenar a ação, porque se vem um orçamento em que o índice inflacionário previsto é de 160%, e o Ministro hoje admite que a inflação no ano vindouro será de 200%, já há uma dissimulação. O Orçamento já não vai refletir a realidade, porque ele virá com índice inflacionário defasado. Teremos então um descompasso inclusive para os déficits de 235 milhões, porque numa inflação de 160% talvez tenhamos 235 milhões previstos no orçamento. Mas, se a inflação for a 200%, nós teremos ainda cerca de quase 25% a mais no déficit do orçamento.

O Sr. Alberto Goldman — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ FERNANDES — Pois não.

O Sr. Alberto Goldman — Deputado José Fernandes, gostaria de lembrar que V. Ex^a fala, agora, como homem da Oposição, só que fala como homem da Oposição ao Governo anterior que V. Ex^a lastreou. V. Ex^a é agora Oposição a um Governo que acabou há seis meses. Deveria V. Ex^a ter sido homem da Oposição do Governo quando ele existia, sendo uma Oposição ao Governo que já saiu, chamando-o da velhíssima República, fazendo as críticas sobre ela; V. Ex^a deveria tê-lo feito na época devida, quando o Governo aí estava. É estranhável que V. Ex^a não tenha feito essas afirmativas na época em que nós as fazíamos aqui. V. Ex^a cita a questão do déficit, do volume dos déficits que estão existindo. Sabe muito bem V. Ex^a que a maior parcela do déficit público está situada no pagamento de juros. São juros da dívida pública, são juros da dívida externa e interna que fazem, em parte, basicamente, que esse déficit exista nesse volume; que o déficit provocado pela dívida interna tenha aumentado nesses meses, porque o Governo, para captar recursos, é obrigado a colocar títulos a juros mais altos, o que provoca nesta recomposição ao empurar com a barriga a dívida, o que é obrigado a fazer, provoca, ainda, déficits maiores. A origem real do déficit de hoje não está no Governo que está há seis meses, está no Governo que estava há muitos anos. E nós vinhamos denunciando que essa coisa um dia estouraria, e está estourando. São bombas de efeito retardado colocadas pelo Governo que V. Ex^a apoiou e que hoje estão tendo esse resultado. Então, V. Ex^a, que hoje parece fazer Oposição, faz mais Oposição ao Governo anterior depois que o Governo terminou. V. Ex^a deveria, no momento devido, ter tomado essas atitudes que agora está tomando. Talvez isso tivesse provocado uma mudança na política econômica e nós poderíamos, hoje, ter uma situação mais tranquila ao invés das dificuldades em que nos encontramos do ponto de vista da economia nacional.

O SR. JOSÉ FERNANDES — Nobre Deputado Alberto Goldman, em primeiro lugar eu quero agradecer a lhanza, a clareza, os conhecimentos de causa que V. Ex^a traz à discussão. Isso é muito bom para todos nós aqui, porque na medida em que este Congresso possa trazer à discussão fundamentos como V. Ex^a os traz e eu procuro

trazê-los também, quem sabe poderemos provar — o que eu concordo com V. Ex^a — aquilo que nos últimos 20 anos nós não conseguimos fazer: tirar daqui muitas opiniões, inclusive, que possam ser aceitas e adotadas nos gabinetes.

Não quero discutir o fato com V. Ex^a, porque aí eu poderia manifestar uma opinião pessoal. Autorizo V. Ex^a a compulsar todos os arquivos desta Casa e dizer o dia em que vim aqui defender, por exemplo, a política do Ministro Delfim Netto. Porque eu, inclusive, naquele microfone, um dia, quando vi um companheiro simular — companheiro que hoje inclusive integra parte dos Líderes que estão defendendo a Aliança Democrática — não o Partido de V. Ex^a, mas a Aliança Democrática, eu condenei dizendo: não participo disso porque acho que a política está errada. Mas eu também seria pueril se não reconhecesse que não tínhamos a possibilidade que, graças a Deus, a Aliança Democrática possui hoje de influir. Não tínhamos acesso e porque não tínhamos acesso até nos penitenciarmos, fazemos um ato de contrição em relação ao fato. Isso para dizer a V. Ex^a que o fato até de que se eu tivesse errado nos 20 anos, eu teria direito a uma contrição e, a partir daí, acertar os caminhos, atendendo inclusive a uma mensagem eterna, a mensagem bíblica antes que Cristo chegasse à terra — permita V. Ex^a que eu termine e depois darei as respostas aos dados que V. Ex^a deu. João Batista era um precursor que mandava que se endireitassem as veredas. E foi pensando na mesma mensagem de João Batista que V. Ex^as aceitaram, por exemplo, o Presidente José Sarney, achando que Sua Excelência fizera um ato de contrição e aceitaram vários ministros da Nova República que aí estão e que também poderiam ter feito um ato de contrição.

O Sr. Alberto Goldman — Mas quero cumprimentar V. Ex^a.

O SR. JOSÉ FERNANDES — Gostaria que V. Ex^a me ouvisse, pois ouvi-o com toda atenção. Então eu diria a V. Ex^a que, na realidade, aceito a contrição dos que foram para a Aliança Democrática achando que o perdão tem mão dupla para que V. Ex^a também saiba que...

O Sr. Alberto Goldman — Perdoo V. Ex^a, aceito o ato de contrição de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ FERNANDES — ... eu concordava, como aceito o perdão daqueles que mais se beneficiaram durante os 20 anos, que mudaram do timão, do barco dos 20 anos, do barco maldito que existia, para passarem para um novo céu e uma nova terra, para conquistar, inclusive, a Presidência da República. O perdão, então, quem concedeu foi V. Ex^a, aceitando e depositando seu voto em favor dessas pessoas que tinha participado dos 20 anos.

Mas, respondendo especificamente a V. Ex^a o dado econômico, eu gostaria de contradizer a V. Ex^a que labora num pequeno erro, porque há um dado, se o déficit público realmente cresce em função do ônus pelos pagamentos de juros escorchantes, V. Ex^a não pode e para isso teria que desmentir os números. É que, até março, os juros reais ao ano, V. Ex^a pode compulsar qualquer dado do DIEESE, de quem quiser, tínhamos os seguintes dados: os juros brasileiros estavam em torno de 18%, em termos reais ao ano, e o que nos dói é ver, a partir de fins de abril, esse juro ter subido para 30%. O economista Décio Munhoz, a quem respeito, inclusive porque é coerente nas suas posições até hoje, escreveu um artigo só para discutir isso. Isso ainda em abril, artigo bem situado, com dados, escreveu um artigo para mostrar que esse aumento de juros reais, no final, iria recair sobre o próprio déficit do Governo e o déficit do Governo ia caminhar para colocação de títulos da dívida pública, como caminhou, e isso geraria o efeito de causação circular de

Gunnar Myrdall, que realmente aconteceu em relação aos juros neste tempo.

O Sr. Alberto Goldman — Como V. Ex^a proporia resolver esse problema?

O SR. JOSÉ FERNANDES — Volto a dar o aparte a V. Ex^a. Espere eu dar uma resposta a V. Ex^a.

Segunda colocação que eu gostaria de dar a V. Ex^a é que não podemos culpar o que passou por 14%, porque V. Ex^a sabe que houve um represamento dos preços e esse represamento não foi o Ministro Delfim Netto quem fez. Não defenderei, aqui, o Ministro Delfim Netto, de forma alguma, e peço-lhe perdão se não fizer assim, ...

O Sr. Alberto Goldman — Não, represamento ele não fez. Ele abriu as comportas.

O SR. JOSÉ FERNANDES — ... mas tenho que contestar V. Ex^a.

O Sr. Hugo Mardini — Já chamaram o Roberto Campos ao Palácio hoje.

O SR. JOSÉ FERNANDES — Deputado, deixarei V. Ex^a falar sempre, mas estarei também disposto a dar-lhe a resposta. Então, esse represamento, Deputado Alberto Goldman, que houve, e sei que V. Ex^a é inteligente, embora recaia sobre seus ombros a obrigatoriedade de, hoje, defender o Governo, como membro da Aliança, naquilo que V. Ex^a crê incluir-se como ser esse o caminho correto, o caminho que leva ao céu...

O Sr. Alberto Goldman — Não é obrigação, é convicção.

O SR. JOSÉ FERNANDES — ...mas eu sei também que V. Ex^a é suficientemente hábil, expedito, na análise, como engenheiro, inclusive que é, também economista, porque reputo seus conhecimentos econômicos como de muita valia a esta Casa, V. Ex^a sabe que a equipe econômica laborou no erro. Mas, se não bastasse isso, Deputado, a emissão primária, aquela emissão de moeda, que é um imposto disfarçado, V. Ex^a sabe que vai direto no bolso de todos os brasileiros, só o Governo que ganha com a emissão.

O Sr. Alberto Goldman — Permita-me, nobre Deputado, fazer-lhe uma pergunta?

O SR. JOSÉ FERNANDES — Um minuto só. A emissão, não sou eu que está dizendo, expansão de moeda primária, está dizendo aqui, 230,7%; Deputado, com toda a boa vontade que tenho, com todos os pecados que à costa eu traga, como dizia, naturalmente, o poeta, mas o que estiver de garfo à frente aos meus olhos, diante do meu tórax...

O Sr. Alberto Goldman — Agora, V. Ex^a me permita fazer o aparte.

P SR. JOSÉ FERNANDES — Pode fazer o aparte.

O Sr. Alberto Goldman — É que V. Ex^a constata, como todos nós constatamos, a existência de um déficit enorme, provocado por toda a estrutura econômica dessa sociedade, pelos empréstimos feitos no exterior e internamente, toda uma máquina econômica que aí existe, que promoveu esse déficit; V. Ex^a sabe que isso é verdade; foi feito pelo Governo anterior e nada mais existe hoje do que a sequência desse mesmo déficit. Se V. Ex^a critica a emissão de moeda para cobertura desse déficit, se V. Ex^a critica a colocação de títulos em mercado, que faz com que se elevem as taxas de juros para a cobertura desse déficit, V. Ex^a pode me explicar como é que se cobre um déficit desse?

O SR. JOSÉ FERNANDES — Nobre Deputado, posso explicar sim.

Posso explicar, principalmente, a V. Ex^a o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — V. Ex^a dispõe apenas de mais dois minutos. Peço a V. Ex^a que não conceda mais apartes.

O SR. JOSÉ FERNANDES — Muito obrigado.

Eu explico a V. Ex^a duas coisas. A primeira delas é uma lei simples. V. Ex^a sabe que, em um orçamento qualquer, o que levamos para a receita entra com o sinal mais, o que levamos para a despesa, em relação ao equilíbrio, entra com o sinal menos. Sabe V. Ex^a que numa equação que tenha igualdade, retirando ou adicionando qualquer valor a ambos os termos, a equação não se altera. É um princípio matemático que V. Ex^a sabe mais do que eu.

Então, diria a V. Ex^a, em primeiro lugar, que não somos obrigados a trabalhar só na coluna ou membro que representa a receita, pode-se trabalhar também na cota de despesas.

E isso tenho que dizer que tem sido abundante o falatório, dizendo, inclusive, que a República é diáfana em relação às medidas que o Governo iria tomar, para resolver, coibir o excesso ou os gastos excessivos do Governo. Não vimos nada até agora.

Temos, inclusive, propostas aqui que V. Ex^a não sei se foi contra, por exemplo, como o caso Sulbrasileiro, etc., mas, na realidade, tem acontecido isso. Então, eu diria a V. Ex^a que havia um caminho, que não creio que seja suficiente para cobrir o todo.

Agora, seguramente, também posso dizer a V. Ex^a o seguinte: que em relação às emissões para cobrir o déficit público, teremos que dizer que é o primeiro caminho para aumentar a inflação. Eu apenas diria que, se o Governo for devagar, ele vai conseguir conter. Agora, concluo, para dizer a V. Ex^a: o grande erro que cometeu o Governo que V. Ex^a hoje está aliado, o grande erro, Deputado, foi exatamente prometer demagogicamente aquilo que, se inteligentes fossem, e eu tenho certeza de que são, se sinceros fossem, já não tenho certeza de que são, sabiam que não podiam conter, porque a esperança é de que houvesse uma fórmula mágica e essa fórmula não veio até hoje.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O tempo de V. Ex^a já terminou. Eu pediria a V. Ex^a que não concedesse mais apartes.

O Sr. Alberto Goldman — Eu não entendi, Deputado. Mas respeito V. Ex^a.

O SR. JOSÉ FERNANDES — Então, eu diria a V. Ex^a o seguinte: há soluções agora, não aquelas que a Aliança Democrática propagou, ofereceu e deu de esperanças ao povo brasileiro nos palanques da campanha pela conquista do Governo.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) —

Nos termos do art. 55, § 1º, *in fine*, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 50 minutos neste plenário, destinada à votação dos Projetos de Decretos Legislativos nºs 10 e 17, de 1985-CN (6ª sessão) e 16, de 1985-CN (1ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está encerrada a sessão.

[Levanta-se a sessão às 20 horas e 48 minutos.]

Ata da 259ª Sessão Conjunta, em 4 de setembro de 1985

da 47ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa Ordinária,

Presidência do Sr. José Fragelli

ÀS 20 HORAS E 50 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Heráclito Rollemberg — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Carlos Chiarelli — Octavio Cardoso

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PFL; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Raulino Bittencourt — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL

Rondônia

Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Rita Furtado — PFL.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedito Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Dionísio Hage — PFL; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; Magno Bacelar — PFL; Nagib Haickel — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Carlos Virgílio — PDS; César Cals Neto — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marçílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Vingt Rosado — PDS

Paraná

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PFL; Raymundo Asfóra — PMDB; Tarcisio Burity — PTB

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Geraldo Melo — PFL; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Osvaldo Coelho — PFL; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Herberto Ramos — PMDB

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; José Thomaz Nonô — PFL; Manoel Affonso — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genivaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Penedo — PFL; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PFL; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Álvaro Valle — PFL; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Celso Peçanha — PFL; Clemir Ramos — PDT; Darcilio Ayres — PDS; Dado Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Júlio Caruso — PDT; Jorge Cury — PMDB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Léo Simões — PFL; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon

Branco — PFL; Christóvam Chiaradia — PFL; Dario Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL; João Hercúlio — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Uliesses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Osvaldo Murta — PMDB; Paulino Cicero de Vasconcelos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Ronan Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Ailton Sandoval — PMDB; Ailton Soares — PMDB; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Drogio Nomura — PFL; Doreto Campanari — PMDB; Estevam Galvão — PFL; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PFL; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; João Bastos — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo — PFL; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Ramundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Márcio Lacerda — PMDB

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Saulo Queiroz — PFL

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Ítalo Conti — PFL; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Leo de Almeida Neves — PDT; Oscar Alves — PFL; Osvaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesarão — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Renato

Johnsson — PDS; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarrina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maidaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Manoel de Souza — PMDB; Nelson Morro — PDS; Paulo Meiro — PFL; Pedro Colin — PFL; Renato Vianna — PMDB; Vilson Kleinubing — PDS

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irájá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — As listas de presença acusam o comparecimento de 48 Srs. Senadores e 358 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Lomba.

O SR. SÉRGIO LOMBA (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Como Deputado, temos defendido, constantemente, a questão da pesca, que precisa ser revista em nosso País. Entendemos que a produção do setor pesqueiro é muito aquém do que, efetivamente, poderia ser em nosso País, se o setor tivesse autonomia necessária. Vimos defendendo isso, há bastante tempo, e inclusive temos um projeto de criação da Comissão Permanente da Pesca, na Câmara dos Deputados. Agora, quando estamos vendo essa crise no setor bovino, esse problema da carne, mais nos fortalece a impressão de que o setor pesqueiro tem que ser fortalecido em nosso País. É preciso que o Governo dê condições efetivas para que esse setor se desenvolva e possamos dar condições alternativas de consumo de proteína à nossa população. E o peixe é o produto principal para este mister. Queremos dizer que faremos realizar a Sub-Comissão da Pesca, na Câmara dos Deputados, junto com a Confederação Nacional dos Trabalhadores, um Seminário da Pesca, nos dias 2, 3 e 4 de outubro, no Auditório Nereu Ramos.

E para terminar, Sr. Presidente, não poderíamos deixar de trazer os nossos cumprimentos ao S. Ex.^a, o Ministro da Previdência Social, Waldyr Pires, e a Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, pela Lei nº 7.356, assinada em 30 de agosto de 1985.

Os pescadores brasileiros, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, pasmem, não tinham o direito, até hoje, de se inscreverem no INPS. Essa classe sozinha dos trabalhadores da pesca não tinham nem o direito de se inscreverem como autônomos.

Tivemos, em várias ocasiões, debatendo a questão nesta Casa, e na Câmara dos Deputados tramitam vários projetos de leis tentando corrigir tal distorção, e o Senhor Presidente da República assinou a Lei nº 7.356 que, no seu § 3º diz:

“§ 3º Os pescadores que, sem vínculo empregatício, na condição de pequenos produtores, trabalham individualmente ou em regime de economia familiar, fazendo da pesca sua profissão habitual ou

meio principal de vida e estejam matriculados na repartição competente, poderão optar pela filiação ao regime desta Lei, na qualidade de trabalhadores autônomos.”

É um avanço para os trabalhadores no setor pesqueiro, por isso nós queremos cumprimentar o Ministro Waldyr Pires e o Senhor Presidente da República por essa medida da mais alta justiça aos trabalhadores da pesca.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adail Vettorazzo.

O SR. ADAIL VETTORAZZO (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Gostaria de chamar a atenção do Congresso Nacional para um requerimento que nós iremos apresentar a S. Ex.^a o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, nos termos que passamos a ler:

Senhor Presidente:

Considerando que a defesa da Câmara dos Deputados e o seu fortalecimento é um dever indeclinável e intransferível da Mesa Diretora presidida por Vossa Excelência;

Considerando que no momento, presente, quando mais se evidenciam as tentativas organizadas de se desmoralizar este Poder Legislativo as responsabilidades de toda Mesa são ainda acrescidas;

Considerando que não está em jogo simplesmente a sobrevivência política dos atuais parlamentares, mas ameaçada está nossa própria instituição, alvo fácil dos ataques de inimigos gratuitos da democracia;

Considerando que é imperioso e urgente elaborar-se uma ampla campanha de esclarecimento da opinião pública sobre os trabalhos da Câmara dos Deputados e de sua importância transcendental na preservação da própria abertura democrática;

Considerando que caminhamos para a eleição da futura Assembleia Nacional Constituinte cuja real significação deve ser levada a todos os seguimentos sociais;

Requeremos à Vossa Excelência, nos termos regimentais, a requisição, pela Câmara dos Deputados, de uma Cadeira de Televisão, em horário nobre, para que, mensalmente, pelo período de uma hora, a Mesa da Câmara dos Deputados preste aos brasileiros amplas informações sobre as múltiplas atividades parlamentares e possa igualmente defender a conquista de novas prerrogativas para o Congresso Nacional.

Pois bem, Sr. Presidente, embora tenhamos iniciado a coleta de assinaturas há pouco mais de uma hora, no final da última sessão da Câmara dos Deputados, já cerca de 100 parlamentares assinaram este requerimento, e amanhã os Deputados Bayma Júnior, Marcelo Linhares e Antônio Amaral irão continuar a colher, junto aos nossos colegas Parlamentares, as adesões, para que, ainda neste final de semana, nós tenhamos o número regimental de 240 assinaturas e, assim, ser possível, ao nosso Presidente da Câmara dos Deputados adotar as providências cabíveis para que o Poder Legislativo — no caso a Câmara dos Deputados — tenha um horário nobre na televisão brasileira, durante o qual, possa a Mesa da Câmara defender evidentemente as prerrogativas do Parlamento Nacional.

Ressalto, por estar numa sessão do Congresso, que a proposta foi feita à Mesa da Câmara, mas evidentemente que poderá posteriormente ser estendida, também, ao Congresso Nacional, para que as duas Mesas, em conjunto, tratem da defesa e da conquista de novas prerrogativas pelo Poder Legislativo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Mazzurek. (Pausa.) S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Hugo Mardini.

O SR. HUGO MARDINI (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Continuam as tropelias da República do PMDB. Não satisfeito o PMDB, no Governo, em fazer uma política de terra arrasada na economia, não satisfeito o PMDB em produzir a maior inflação da história deste País, 14% no mês de agosto..

O Sr. Alberto Goldmann — Não, já empatou com V. Ex.^a no passado, em 1983?

O SR. HUGO MARDINI — Diz o nobre Deputado Alberto Goldmann, que cabe definir-se se a linha econômica deste Governo, é a linha do Partido de S. Ex.^a Por que segundo me consta a linha é marxista de S. Ex.^a E S. Ex.^a está convalidando a linha capitalista do Governo da Nova República. Eu queria que ele me respondesse se a linha ideológica, programática que ele defende para a economia do País é a linha do Governo do PMDB ou é a linha do Partido de S. Ex.^a?

O Sr. Alberto Goldmann — Se V. Ex.^a soubesse o que é o Partido, eu responderia a V. Ex.^a

O SR. HUGO MARDINI — Ele vai fazer um discurso seguinte, porque ele é o orador que me sucede na relação

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Queria lembrar que em breve comunicações não cabe aparte ao nobre Deputado.

O Sr. Alberto Goldmann — O Deputado, Sr. Presidente, referiu-se a mim.

O SR. HUGO MARDINI — V. Ex.^a que deu o aparte extemporâneo, intempestivo, inconveniente, impertinente inconsequente, inconsistente. Só isso.

Mas eu diria que ainda continuam as tropelias da república do PMDB. Primeiro, inflação de 14%, a maior de todas da história do País, no Império e na República. Salário mínimo de acordo com o critério do PMDB, o trabalhador brasileiro precisa apenas de trezentos e trinta e três mil cruzeiros. Essa foi a conta a que chegou o PMDB, tanto é que o decreto do Presidente Sarney deu-lhe trezentos e trinta e três mil cruzeiros. O aumento do BNH, de acordo com a república do PMDB, foi de 246%. Este é o número que o PMDB acha que o mutuário tem que pagar, esse é o Governo do PMDB. Mas não satisfeitos com isso, também passaram a atropelar até os índios brasileiros

Está aqui, no *Jornal do Brasil*, edição de hoje, que os índios impedem a nomeação de Villas-Boas nomeado Presidente da FUNAI pela república do PMDB, e diz textualmente: “Diz o Ministro que a nomeação de Álvaro Villas-Boas é irrevogável. Ai a atitude arbitrária do Ministro conseguiu pela primeira vez, que houvesse consenso entre os índios, assim resumiu a crise da nomeação de Villas-Boas o teólogo e pedagogo Jorge Terena, também índio. “Mais adiante, o nobre Deputado Mário Juruna disse que o novo Presidente da FUNAI, textualmente, entre aspas, “Já massacrou índios, já entregou índios à polícia e a sua nomeação representa uma volta ao antigo serviço de proteção ao índio, onde o índio apanhava” — declarações do Nobre Deputado Mário Juruna.

Então, não satisfeita a república do PMDB de fazer as tropelias que vem fazendo na economia, com consequências trágicas, a tal ponto que os jornais de hoje noticiaram que o Sr. ex-Ministro da República, Roberto Campos, esteve no Palácio exatadamente para aconselhar a república do PMDB no campo econômico, mostra que dia-dia se deteriora o quadro interno da república peemedebista, dando ao País, hoje, uma clara e inequívoca demonstração de que abandonaram completamente os compromissos assumidos nas tribunas, nas praças, nos comícios das diretas e na campanha presidencial do então candidato Tancredo Neves.

Esta é a nossa comunicação, Sr. Presidente. Muito Obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Infelizmente não me foi possível responder naquele momento, porque, regimentalmente, isso não é possível. ao Deputado Hugo Mardini. Não vou responder a S. Ex^a sobre todas as questões, porque sobre marxismo S. Ex^a, evidentemente, não sabe muito bem do que se trata, evidentemente não poderia me fazer perguntas a respeito disso...

O Sr. Hugo Mardini — Porque não sou marxista!

O SR. ALBERTO GOLDMAN — É verdade! Mas, às vezes, podemos não ser alguma coisa e entender daquela coisa e se não se entende não se fala!

O Sr. Hugo Mardini — É o caso de V. Ex^a!

O SR. ALBERTO GOLDMAN — Se não se entende não se fala. Eu, por exemplo, só falo daquilo que entendo! Entendo, por exemplo, da postura do Deputado Hugo Mardini que, agora, acusa a Nova República de dar aumento de salário mínimo baixo! Veja só quem fala! Se foi exatamente este Governo que deu o INPC somado a 10%, que foi o maior aumento percentual já tido nos últimos 20 anos, quando esta República que o Deputado Hugo Mardini defendeu durante tantos anos provocou exatamente esse arrocho, essa baixa do piso do valor real do salário mínimo. Fala também da questão do reajuste do BNH, quando sabe que os contratos que foram efetuados na base de ORTN, na base de Unidade Padrão de Capital foram feitos no Governo dele, no governo que S. Ex^a defendeu.

Eu eu vim aqui para falar, não vim aqui para responder ao Deputado Hugo Mardini, porque não iria perder muito tempo a respeito disso, vim aqui falar sobre os problemas da Previdência, sobre uma grande vitória que teve o povo brasileiro, os previdenciários, quando conquistaram os 20% apoiados no Ministro Waldir Pires, o Ministro da Nova República que tem sensibilidade, que compreendeu as necessidades desses previdenciários, dos arrochos provocados durante tantos anos, exatamente pelo Governo do Sr. Hugo Mardini, arrocho esse que levou a uma situação tão difícil os previdenciários que conquistaram hoje, essa vitória com o apoio do Sr. Waldir Pires, Ministro da Nova República, do Presidente José Sarney e da equipe econômica, que sabe dos sacrifícios e das dificuldades, apesar do déficit que existe hoje no orçamento da União. E, no entanto, esse aumento está sendo dado. Todas as dificuldades estão sendo contornadas. Isso que está sendo dado é uma grande vitória do povo, uma grande vitória dos previdenciários, é uma grande vitória do Ministro Waldir Pires e do Presidente José Sarney.

Agora, o Deputado Hugo Mardini não lembra do que foi feito, a nível de Previdência Social, esses anos todos, que levou à situação que nos encontramos hoje, dos roubos e das falcatruas que a Bancada do PDS defendeu durante tantos anos. E da política de arrocho salarial? E dos projetos que passaram por aqui mandados pelo Governo, como é que votou o Deputado Hugo Mardini, que arrocharam os salários durante tantos anos? O 2.045, o 2.064, o 2.065, como é que votou? Como é que tem coragem de vir, aqui neste plenário, hoje, cobrar isso da gente?

Levaram este País ao descalabro em que está e vamos precisar de muito tempo para concertar 20 anos de ditadura, de descalabro, 20 anos de corrupção, 20 anos de vergonha, neste País. Temos essa responsabilidade e vamos cumpri-la. Nós comunistas, junto com os liberais, junto com os democratas, aqueles que realmente defenderam a democracia neste País e que sofreram com isso, e que tiveram que enfrentar todas as violências...

O SR. HUGO MARDINI — E desde quando os comunistas são democratas?

O SR. ALBERTO GOLDMAN — São democratas.

O Sr. Hugo Mardini — Sr. Presidente, não sabia que os comunistas eram democratas, nunca vi comunista democrata.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Peço a V. Ex^a para não apartear o orador, como solicitei ao nobre Deputado.

O Sr. Hugo Mardini — Peço escusas, Sr. Presidente. Eu me penitencio.

O SR. ALBERTO GOLDMAN — Vim aqui, Sr. Presidente, dizer que é uma vitória do Ministro Waldir Pires, dos previdenciários e do povo brasileiro que, apesar de todas as dificuldades, têm conseguido recuperar parte daquilo que a ditadura tirou de todos os trabalhadores deste País.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O Sr. Hugo Mardini — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hugo Mardini, como Líder do PDS.

O SR. HUGO MARDINI (PDS — RJ. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

As tropelias da Nova República do PMDB continuam. Aliás, o *Jornal do Brasil*, de hoje, publica, exatamente, uma resposta clara: "Acordo de cavalheiros aumenta o preço da carne".

A República do PMDB, não satisfeita em ter promovido o aumento da carne em 130% em menos de um mês, está promovendo um novo aumento através de um acordo de cavalheiros.

Imagine que cavalheiros são estes, Sr. Presidente.

"O Ministro da Fazenda decidiu suspender o tabelamento da carne que estava em vigor há apenas dois dias e o substituiu por um acordo de cavalheiros para vigorar este mês. Segundo o Ministro Dilton Funaro, "o tabelamento não tinha sentido", diz ele, "porque poderia dar margem a negócios clandestinos e a todas as distorções que a medida causa."

Com o acordo, o preço da carne para o consumidor também foi revisto pelo governo, passando de Cr\$ 11.200 para Cr\$ 12.800 por quilo para as carnes de segunda."

Essa é a República do PMDB, a república da qual fala com tanto entusiasmo o Deputado Alberto Goldman, eminente e ilustre membro do PC nesta Casa.

O Sr. Alberto Goldman — PCB!

O SR. HUGO MARDINI — PCB, desculpe-me. São dois Partidos e eu não me lembrava que o Deputado era apenas de um deles.

Mas, é a República do PMDB aumentando o preço da carne para o povo; para o povo, em nome do qual, demagogicamente, durante tantos anos, falaram nesta e em outras Casas, para o povo, em nome do qual fizeram tantas promessas e tantas afirmações, estão levantando o preço da carne. A carne para o operário é mais cara, graças ao PMDB; a carne para a dona-de-casa é mais cara, graças ao PMDB. A carne não vai chegar mais à mesa do trabalhador, porque o PMDB não quer que chegue, porque deu Cr\$ 333.000 de salário para o trabalhador brasileiro. Como é que ele pode dar Cr\$ 333.000 de salário e agora decide que a carne de segunda, Sr. Presidente, custe, simplesmente, Cr\$ 12.800?

Então, não venha o PMDB querer dizer que isso aqui é consequência do passado remoto, presente ou pretérito. Não. Isso é decisão do Governo do PMDB que tem que assumir o seu papel, porque os seus Deputados aqui têm que defender o Governo, porque vamos cobrar essa defesa. Eles vão ter que defender, vão ter que justificar que o preço da carne de segunda tem que ser Cr\$ 12.800. Eles vão dizer isso ou vão ter que ouvir em silêncio a nossa crítica, faltando à solidariedade com o Governo.

Não poderão mais fugir apenas no discurso retórico, vão ter que descer do palanque, vão ter que enfrentar essa realidade.

Eu estou muito satisfeito com isso; o Governo do PMDB resolveu passar de Cr\$ 15.300 para Cr\$ 16.500 por quilo a carne de primeira. Com um acordo de cavalheiros promovido pelo PMDB, pela República preme-debista, passa a vigorar a partir de segunda-feira e os preços serão afixados em cartazes claros e à vista do consumidor.

De forma, Sr. Presidente, que isto mostra apenas as contradições e mostra as dificuldades da República do PMDB cumprir as promessas que fez nas praças, nas entrevistas, nas tribunas, porque eu me acostumei a vir aqui e ouvir na Câmara e no Congresso Nacional que o PMDB tinha solução para todos os problemas nacionais, não havia um problema que o PMDB não tivesse solução. Aí está a dívida externa, os representantes da República do PMDB continuam viajando Brasília/Novo Iorque/Brasília/Washington, recebendo as diárias em dólares do Tesouro Nacional, viajando de primeira classe nos aviões de carreira, em nome da negociação da dívida externa, que vem e continua se arrastando. Antes foi o Dr. Francisco Dornelles e agora será o Dr. Dilton Funaro e o novo Presidente do Banco Central que vai substituir o Dr. Lengruber nessas viagens confortáveis, permanentes, porque a tese do PMDB era a moratória unilateral. Esta era a proposta política brandida todos os dias nas tribunas. Onde está a linha política do PMDB que defendia esta proposta? Onde estão os Deputados do PMDB? Hoje Deputados governistas, que não falam mais em moratória, que não dizem mais que o País está de joelhos diante do Fundo Monetário Internacional. Não! Agora as negociações prosseguem, sob a égide da Nova República do PMDB.

Aliás, a revista *Veja*, Sr. Presidente, publica uma longa reportagem a respeito disso, e mostra como se tramou e como se organizou a queda do Dr. Francisco Dornelles, do Ministério da Fazenda, tido como executor da política econômica, defendida pelo então candidato à Presidência da República, Dr. Tancredo Neves, e aprovada em Convenção do PMDB, como uma linha política do Partido a ser seguida no governo. Hoje se verifica que estão abandonadas essas propostas, e completamente abandonados esses compromissos, porque estes eram apenas compromissos destinados a enganar o povo nos comícios, nas praças e nas concentrações populares, e não compromissos com a verdade, e muito menos compromissos com decisões e com soluções verdadeiramente no interesse nacional.

A revista *Veja* diz o seguinte:

"A necessidade de afastar Francisco Dornelles do Ministério da Fazenda, foi debatida sucessivas vezes, sempre ao redor de uma mesa de almoço ou de jantar."

São os banquetes da República do PMDB, os novos comensais, os novos donos do poder, os novos centuriões, os novos porta-estandartes da verdade que é, hoje, e todos os dias, maculada e massacrada, porque ao invés de cumprir a promessa exatamente feita à inconsequência, à tropelia, à truculência, ao desgoverno, Sr. Presidente. Os juros, tão criticados aqui, pelo PMDB, estão mais altos do que no ano passado; os juros agrícolas praticados pelo Governo do PMDB são os juros piores, são os juros mais extorsivos, são os juros mais imorais, são os juros mais cruéis, são os juros mais violentos do que o eram há seis meses.

Tenho as provas, os contratos celebrados com o banco oficial, o Banco do Brasil, exatamente comprovando esta assertiva.

Prossigo na leitura, Sr. Presidente. Diz a revista *Veja*:

"Três dos quatro donos, de assentos cativos no Conselho..."

Há um Conselho, eu não sabia, fiquei sabendo pela revista *Veja*, que não é o Conselho Monetário Nacional e, que não são apenas os Ministros da República, reunidos num conselho ministerial não, há um conselho, que diz o seguinte, vejamos quem são os membros do dito conselho:

"...três dos quatro nomes são paulistas: o ex-Governador Roberto de Abreu Sodré; o empresário Mathias..."

E aqui está escrito Macheline, mas deve ser Macquillaine, não sei se é nacional, se é brasileiro, é o homem da SHARP.

"...e agora o sucessor de Dornelles, Dilson Funaro; o quarto membro efetivo é o empresário mineiro Murilo Mendes, dono da Mendes Júnior, a segunda maior construtora do País depois da Camargo Correa. Eventualmente providenciam-se cadeiras para o industrial Luiz Bocalato, dos Fertilizantes Copas..."

Por isso é que estão tão caros os fertilizantes, Sr. Presidente.

"...e para o advogado e ex-Deputado Saulo Ramos, igualmente velho amigo de Sarney. Os dois são paulistas, e como os demais tratam o Presidente por você. As reuniões do conselho, sem periodicidade regular, já tiveram quatro cenários diferentes: Palácio do Jaburu, a casa de Jorge e Roseana Sarney Murad, durante o período da doença de Tancredo Neves..."

Já se conspirava nessa época.

"...e mais recentemente o Palácio da Alvorada e o Sítio São José de Pericumã, nas cercanias de Brasília. Todos os encontros tiveram a presença de Jorge Murad, genro de Sarney e uma espécie de sócio honorário do clube."

Vou pedir a minha inscrição nesse clube, porque eu também quero participar, Sr. Presidente, na qualidade de representante do povo, com mandato, porque destes aqui nenhum tem mandato, segundo a relação da *Veja*, são todos bônitos, porque não foram eleitos para esse tipo de conselho.

Mas, Sr. Presidente, continua a revista:

"O Presidente, não tem por hábito consultar-nos sobre as medidas que toma — diz Macheline."

Certamente ele queria ser consultado e declarar que é consultado. Eu admito que ele seja consultado, efetivamente deve sê-lo, mas declarar por escrito que não é, ou que é, é um problema seu.

"A respeito de Dornelles, por exemplo, o empresário paulista, provavelmente, censurou o Presidente, o despreço do ex-Ministro por medidas que baixassem os juros, especialmente populares, entre os membros do conselho."

Macheline e os seus pares dizem coisas do gênero ao Presidente, com o desembaraço que só a intimidade confere. O dono da SHARP, por exemplo, segundo consta, sócio do Presidente José Sarney, foi apresentado a Sarney por Abreu Sodré, ao tempo em que o atual Presidente governava o Maranhão — faz 15 anos que converso com ele duas vezes por semana pessoalmente ou por telefone."

O Sr. Tidei de Lima — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HUGO MARDINI — Com muita honra, nobre Deputado Tidei de Lima.

O Sr. Tidei de Lima — Deputado, eu vejo V. Ex^a interessado nesses pequenos grupos que se formam em torno dos chefes do poder. Eu tenho a impressão de que V. Ex^a nutre uma saudade, uma admiração muito grande por esses grupos quando se reúnem com o General Golbery do Couto e Silva, em torno dos generais presidentes que nós tivemos. Espero que esse possível vício, que vem da Velha República, na Nova República nós consigamos retirar esse vício. E tenho certeza de que, com o passar do tempo, evidentemente não com essa conotação que V. Ex^a quer dar, mas com o passar do tempo, esses pequenos grupos, que vão se formando ou que se formam em torno dos governantes, não de ampliar de tal forma que, na verdade, os governantes sejam ou tenham ouvidos, efetivamente, para a grande voz que deve ser o povo brasileiro ou, na pior das hipóteses, que seja o Congresso Nacional esse grupo que possa o Governante ouvir. Por isso V. Ex^a, saudosos dessa época, onde os pequenos grupinhos nas cozinhas da Granja do Torto ou no Palácio do Planalto faziam as suas reuniões e estabeleciam de que forma iriam saquear o País, efetivamente não acontecerão mais na Nova República, tenho certeza disso.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — V. Ex^a tem dois minutos para terminar a oração, nobre Deputado.

O SR. HUGO MARDINI — Em primeiro lugar, Sr. Presidente, nunca participei de nenhum conselho. Participei de um Conselho Político como Líder do PDS, nesta Casa; e esse Conselho era aberto, limpo e claro, e dele participava o Ministro da Justiça, os Líderes das duas Casas, o Presidente do Senado, o Presidente da Câmara, então não há o que reparar. Esse Conselho existe exatamente na República do PMDB, também, só que V. Ex^a neste conselho aqui não vai entrar, nem é convidado.

O Sr. Tidei de Lima — Nem pretendo.

O SR. HUGO MARDINI — Só que esse conselho vai presidir as coisas em nome de V. Ex^a. V. Ex^a vai defender o que os representantes do povo, aqui, o Presidente da SHARP, da Mendes Júnior, decidirem, nobre Deputado. V. Ex^a vai defender aqui essas medidas porque elas foram tomadas...

O Sr. Tidei de Lima — Eram os mesmos da Velha República.

O SR. HUGO MARDINI — Exatamente, como comuns do Presidente.

Vou continuar a leitura da revista *veja*, V. Ex^a tem de se insurgir contra ela e não contra mim, é uma denúncia feita a Nação.

Continua a revista *veja*, Sr. Presidente:

O Sr. Murilo Mendes já estava na retaguarda financeira da candidatura de Sarney ao governo do Maranhão, em 1965. "A sina de Mendes era ser influente junto à Nova República. Ele foi um dos principais financiadores da campanha presidencial de Tancredo Neves, que usava o telefone da casa do empresário em Belo Horizonte. Morto o amigo, substituiu-o outro amigo."

Veja como é um homem com muitas amizades, casualmente, as duas, um era Presidente e outro Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli. Fazendo soar a campanha.) — Lembro ao nobre orador que seu tempo está esgotado e peço V. Ex^a para concluir.

O SR. HUGO MARDINI — Peço, a V. Ex^a, Sr. Presidente, apenas a tolerância para terminar, pois falta apenas uma linha.

Sr. Presidente, diz a revista:

"O grupo carrega a esperança de alçar também Abreu Sodré, — ex-adversário de V. Ex^a — ao primeiro escalão no começo de 1986, quando vários Ministros deixaram seus cargos para disputarem postos eletivos no pleito de novembro."

E a revista continua, mas vou encerrar apenas dizendo que de acordo com isto, claramente, é um documento que recomendo a leitura aos Srs. Líderes do PMDB, da Nova República, recomendo à leitura e à meditação, Sr. Presidente, porque ela faz as mais graves denúncias; as decisões da República que aqui são convalidadas pela Bancada do PMDB, comprometida com um salário mínimo de 333 mil cruzeiros; um aumento do BNH de 246%; comprometido com uma inflação de 14%; elas são tomadas no conselho, Sr. Presidente, que existe efetiva e realmente, confirmado, inclusive pelos seus membros em declarações, entre aspas, na Revista *Veja*. Era isto que desejava dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O Sr. Ailton Soares — Peço a palavra, Sr. Presidente, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ailton Soares, como Líder.

O SR. AIRTON SOARES (PMDB — SP. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente:

Não vou abusar da paciência e da tolerância de V. Ex^a, não pretendo ler da tribuna revista nenhuma, porque o PMDB não está acostumado a alicerçar e estribar as suas acusações ou críticas em revistas de circulação nacional, por mais idôneas que sejam.

Sr. Presidente, não verificamos nenhuma crítica séria, concreta, que merecesse do PMDB resposta às acusações da Liderança do PDS. Insurge-se o Líder do PDS quanto ao fato de o Presidente da República reunir-se com os amigos e familiares e com eles também discutir os problemas nacionais. Louvo o Presidente da República! Isto mostra que Sua Excelência não só discute as questões nacionais com seus Ministros, com os interessados, trabalhadores, empresários, como também, nos períodos de lazer, discute com seus amigos e familiares. Há de se louvar isso no Senhor Presidente da República, e há de se lamentar que outros Presidentes, outros Presidentes recentes, não tiveram feito isso.

Lembro-me como gerais se comportavam na Presidência da República, das 10 horas ao meio-dia no Palácio do Planalto, depois, das 15 às 17 horas e 30 minutos e o resto do tempo cuidando dos cavalos. Este era o Governo que o PDS defendia, era o Governo que talvez quisesse o Líder do PDS que o Presidente José Sarney fosse também ter sua estrebaria para cuidar dos seus cavalos, juntamente com seus amigos, ajudantes-de-ordens, que são hoje milionários, para que assim pudessem, na verdade, discutir os problemas nacionais.

De fato, Sr. Presidente, quero dizer ao Líder do PDS que o Presidente da República não vai convidá-lo a participar dessas reuniões, elas são feitas com pessoas que são relacionadas, são pessoas que têm condições de debater, porque sabe que pode auferir algum lucro desse debate e com o PDS, talvez, pudesse o Presidente saber o que traz a revista *Veja*, mas para isso o Presidente não precisa ouvir da tribuna, pode comprá-la e lê-la. Lamento que tenhamos tomado tanto tempo valioso de funcionários, de Deputados e Senadores desta Casa para acompanhar a leitura, nem sempre com boa dicção, da revista *Veja*, da tribuna.

O PMDB não tem nada a responder, aguarda críticas sérias, por exemplo, quando o Deputado Hugo Mardini trouxe a esta tribuna críticas sérias embasadas que tiver sobre a política de juros, sobre o preço da carne; sabe S. Ex^a muito bem, representante do Rio Grande do Sul que é, que foram os empresários ligados ao setor da carne do Rio Grande que primeiro se rebelaram contra o tabelamento. Sabe S. Ex^a muito bem e não quis dizer aqui da tribuna o que sabe, porque mostram as estatísticas que enquanto a inflação foi de 237% ao ano, nos últimos doze meses, a carne subiu 130%, por isso o Governo entendeu que as reivindicações dos produtores, dos grandes intermediários da venda da carne eram reivindicações que deviam ser consideradas e, por isso, está procurando um acordo com esses produtores, com esses intermediários que vendem carne para chegar a uma política comum.

A meta do Presidente José Sarney é procurar obter as soluções dos problemas nacionais mediante o entendimento dos vários setores em conflito. Esse é o objetivo, fez para isso várias reuniões e está fazendo.

Portanto, Sr. Presidente, não temos nada a responder a críticas estereis, a críticas que não levam a absolutamente nada e que não têm nenhum embasamento. Leitura da revista *Veja* faço na minha casa e podíamos ter poupado este Plenário e o tempo gasto, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, neste Plenário, destinada à leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 1984, que acrescenta parágrafos ao art. 18 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Srs. Parlamentares, sendo evidente a falta de número em plenário para o prosseguimento da sessão, a Presidência, com base no Regimento Comum, irá encerrar a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 20 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

| | | |
|-----------------|------------|-------|
| Semestre | Cr\$ | 3 000 |
| Ano | Cr\$ | 6 000 |
| Exemplar avulso | Cr\$ | 50 |

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

| | | |
|-----------------|------------|-------|
| Semestre | Cr\$ | 3 000 |
| Ano | Cr\$ | 6 000 |
| Exemplar avulso | Cr\$ | 50 |

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 07/1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00